

**EDITAL Nº 04/2024– PROGRAD**

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA O CARGO EFETIVO DE  
PROFESSOR DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)** torna pública a realização de concurso público de provas e títulos destinado ao provimento de 17 (dezessete) vagas e formação de cadastro de reserva no cargo efetivo de Professor da Carreira de Magistério Superior, nos termos do artigo 207 da Constituição Federal, Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012, Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018, Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022, Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, Lei nº 13.872, de 17 de setembro de 2019, Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Instrução Normativa nº 02, de 27 de agosto de 2019, Portaria nº 387, de 31 de maio de 2022, Instrução Normativa MGI nº 23, de 25 de julho de 2023, Resolução Consu nº 09, de 08 de fevereiro de 2013, Resolução Consu nº 39, de 09 de agosto de 2013, Resolução Reitoria ad referendum nº 16, de 09 de janeiro de 2024, e mediante as normas contidas neste Edital.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O concurso reger-se-á pelas disposições contidas neste Edital, será supervisionado pela Pró-Reitoria de Graduação e executado pela Comissão Geral de Concurso.

1.2. A seleção compreenderá as seguintes fases:

1.2.1. primeira fase: prova escrita e prova didática, de caráter eliminatório e classificatório; e,

1.2.2. segunda fase: prova de títulos, de caráter classificatório.

1.3. As áreas de concurso, o quantitativo de vagas, os perfis exigidos e o regime de trabalho constam nos anexos II e III deste Edital.

1.4. As áreas de pós-graduação exigidas para o perfil dos candidatos são baseadas na Tabela de Áreas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), de acordo com a Resolução Reitoria ad referendum nº 16, de 09 de janeiro de 2024.

1.5. As provas serão realizadas exclusivamente no Município de Rio Branco/AC para as áreas do Anexo II, e no Município de Cruzeiro do Sul/AC para as áreas do Anexo III.

1.6. Os candidatos nomeados serão submetidos ao Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei 8.112/90), observadas as disposições da Lei 12.772/2012.

1.7. Será considerado o Horário Oficial do Acre para as indicações de tempo contidas neste Edital.

1.8. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso Público ou em decorrência dela, inclusive deslocamento, hospedagem, alimentação, exames e laudos que deverão ser apresentados durante a seleção ou por ocasião da admissão, correrão às expensas do próprio candidato.

## **2. DA INSCRIÇÃO**

2.1. A inscrição no concurso público será realizada exclusivamente pela internet, por meio do formulário de inscrição disponível no endereço eletrônico <[http://sistemas2.ufac.br/concurso\\_docente](http://sistemas2.ufac.br/concurso_docente)>, conforme o cronograma de inscrições estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I, observado o perfil exigido.

2.2. O formulário de inscrição deverá ser preenchido na íntegra e com toda atenção, de modo que nele constem as informações exatas e verídicas, sob pena de cancelamento dele, sendo de inteira responsabilidade do candidato os erros no preenchimento.

2.3. A taxa de inscrição será de R\$ 200,00 (duzentos reais).

2.4. O candidato efetuará o preenchimento do formulário de inscrição disponível no endereço eletrônico <[http://sistemas2.ufac.br/concurso\\_docente](http://sistemas2.ufac.br/concurso_docente)>, devendo preencher os campos obrigatórios com os dados exigidos.

2.5. O descumprimento de quaisquer das exigências prescritas no item anterior ensejará o indeferimento da inscrição do candidato.

2.6. No momento da impressão da Guia de Recolhimento da União - GRU Cobrança (boleto bancário), é de inteira responsabilidade do candidato conferir seus dados pessoais, em especial se há correspondência entre o nome e o CPF constante no documento.

2.7. O pagamento da taxa de inscrição será feito apenas por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU Cobrança (Boleto Bancário), que será paga preferencialmente, no Banco do Brasil, até o primeiro dia útil seguinte ao término das inscrições, observado o horário de expediente bancário.

2.8. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o primeiro dia útil seguinte ao término das inscrições, observado o horário de expediente bancário.

2.9. O não pagamento da taxa de inscrição até a data do vencimento implicará a eliminação do candidato do certame.

2.9.1. Não comprovada a efetivação do pagamento, o candidato será eliminado do certame.

2.9.2. Não será aceito agendamento como comprovante de pagamento e nem pagamento realizado após a data limite constante no Cronograma de Atividades, Anexo I.

2.10. A Ufac não se responsabilizará por inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas ou congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2.11. No momento da inscrição, o candidato deverá optar por uma única área de concurso.

2.12. Havendo mais de uma inscrição paga ou isenta de um mesmo candidato, prevalecerá a inscrição mais recente.

- 
- 2.13. É vedada, em qualquer hipótese, a alteração da área de inscrição no concurso.
- 2.14. É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax ou via correio eletrônico ou qualquer meio diverso do previsto neste Edital.
- 2.15. Antes de efetuar o recolhimento da taxa de inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos necessários para participação no concurso público, pois, o valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.
- 2.16. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e em eventuais normas, orientações e publicações posteriores, publicadas no site <<http://www.ufac.br/editais/>>.
- 2.17. Ao enviar o formulário de inscrição, o candidato deve concordar com os termos do Edital, seus anexos e retificações, assumindo também a responsabilidade sobre a veracidade dos dados informados.
- 2.17.1. Em observância aos princípios da publicidade e transparência que regem a administração pública, a inscrição do candidato, no concurso, implicará o aceite de que os seus dados, sensíveis ou não, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a execução do concurso público, com a aplicação dos critérios avaliativos previstos no edital, autorizando, expressamente, a divulgação de nome, número de inscrição e notas, bem como toda a documentação produzida durante o certame (prova escrita, vídeos e planilhas da prova didática, documentação apresentada na prova de títulos e respectivas planilhas, observado o devido tratamento de dados sensíveis).
- 2.18. É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, para outros concursos ou para outra área de concurso objeto deste Edital.
- 2.19. É de responsabilidade exclusiva do candidato, sob as penalidades da lei, a veracidade das informações fornecidas na inscrição, dispondo a Ufac do poder de indeferir a inscrição do candidato que preencher com dados incorretos, incompletos ou inverídicos.
- 2.20. Nas áreas de concurso em que não houver pelo menos 05 (cinco) candidatos inscritos com o perfil exigido para o provimento da vaga, devidamente comprovado por meio do envio de cópia do diploma de doutorado na área, será publicado edital suplementar com a abertura de vagas para candidatos que possuam o título de mestre, não havendo, contudo, distribuição das vagas por titulação.
- 2.20.1. Para fins de comprovação do título de doutor de que trata o item 2.20, o candidato deverá juntar o currículo lattes atualizado e a cópia do diploma de doutorado em um único arquivo no formato PDF, o qual será anexado ao formulário de inscrição.**
- 2.20.2. Os candidatos que não enviarem a documentação na forma do subitem anterior permanecerão no concurso, porém, não serão considerados na contagem prevista no item 2.20.
- 2.20.3. A permanência no Concurso Público de candidato que não tenha enviado a cópia do diploma não dispensa a obrigatoriedade de apresentação dos requisitos exigidos para a posse.
- 2.20.4. Na hipótese de publicação de edital suplementar com a abertura de vagas para

candidatos que possuam o título de mestre, para fins de comprovação do título de mestre de que trata o item 2.20, o candidato deverá juntar o currículo lattes atualizado e a cópia do diploma de mestrado em um único arquivo no formato PDF, o qual será anexado ao formulário de inscrição, aplicando-se os itens 2.20.2 e 2.20.3.

2.21. Na hipótese de publicação de edital suplementar de que trata o item 2.20.4, nas áreas de concurso em que não houver pelo menos 05 (cinco) candidatos inscritos com o perfil exigido para o provimento da vaga, com título de doutor e/ou de mestre, devidamente comprovado, será publicado edital suplementar com a abertura de vagas para candidatos que possuam o título de especialista, não havendo, contudo, distribuição das vagas por titulação.

2.21.1. Para fins de comprovação do título de especialista de que trata o item 2.21, o candidato deverá juntar o currículo lattes atualizado e a cópia do diploma de especialização em um único arquivo no formato PDF, o qual será anexado ao formulário de inscrição.

2.21.2. A permanência no Concurso Público de candidato que não tenha enviado a cópia do diploma de especialista não dispensa a obrigatoriedade de apresentação dos requisitos exigidos para a posse.

2.22. Durante o período de inscrição, definido no edital suplementar relativo aos itens 2.20 e 2.21, também será permitida a inscrição de candidatos com o título de doutor e mestre.

2.23. Nos casos previstos nos itens 2.20 e 2.21, deste Edital, não haverá alteração do conteúdo programático (Anexo V).

2.24. Exclusivamente para fins de comprovação da titulação de que tratam os itens 2.20 e 2.21, será aceita ata de defesa que conste a aprovação e declaração de que o diploma está em processo de emissão, devidamente assinadas pelo setor competente.

2.25. Encerrado o período da inscrição, será realizado o deferimento das inscrições pela Comissão Geral de Concurso, que publicará a relação de deferimentos e indeferimentos de inscrições no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

2.26. O candidato que tiver a inscrição indeferida poderá interpor recurso à Comissão Geral de Concurso, por meio de formulário eletrônico, no prazo estabelecido no cronograma constante no Anexo I.

2.27. Julgados os recursos, a Comissão Geral de Concurso publicará, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, o resultado final das inscrições e encaminhará às bancas examinadoras a relação de candidatos aptos para participarem das fases de seleção.

### **3. DO PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO**

3.1. Será concedida isenção total da taxa de inscrição para o candidato que, conforme o Decreto nº 6.593/08, preencher os seguintes critérios:

3.1.1. Estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007;

3.1.2. For membro de família de baixa renda, assim considerada aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo ou que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos, conforme o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

3.2. O pedido de isenção deverá ser formulado pelo candidato no ato da inscrição, no período indicado no Cronograma de Atividades, Anexo I, informando:

3.2.1. a indicação do Número de Identificação Social (NIS) atribuído pelo CadÚnico;

3.2.2. a declaração eletrônica de que atende à condição estabelecida no subitem 3.1.2 deste Edital.

3.3. A Ufac consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

3.4. Será concedida isenção total da taxa de inscrição para o candidato doador de medula óssea com cadastro em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei 13.656/2018.

3.4.1. O pedido de isenção da taxa de inscrição com base no art. 1º, inc. II, da Lei 13.656/2018, deverá ocorrer no ato da inscrição, no período indicado no Cronograma de Atividades, Anexo I, devendo ser anexado via *upload*, por meio de *link* específico, documento no formato PDF, atestado ou laudo emitido por médico de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove que o candidato efetuou a doação de medula óssea, bem como a data da doação.

3.5. O envio da documentação constante do subitem 3.4.1 é dever exclusivo do candidato, não se responsabilizando a Ufac por qualquer tipo de problema que impeça o recebimento dessa documentação, seja por ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.

3.6. O candidato que não enviar a documentação constante do subitem 3.4.1, ou que enviar documentação que não comprove ser doador de medula óssea, terá o seu pedido de isenção indeferido.

3.7. Não será concedida isenção parcial da taxa de inscrição.

3.8. As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato, sob pena de responder civil e criminalmente pelo seu teor.

3.9. A declaração falsa prestada no requerimento sujeitará, a qualquer tempo, o candidato à eliminação do concurso e às sanções previstas no artigo 299 do Código Penal (crime de falsidade ideológica).

3.10. Será indeferido o pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição do candidato que:

3.10.1. omitir informações e/ou torná-las inverídicas;

3.10.2. fraudar e/ou falsificar documentação;

3.10.3. não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos neste Edital.

3.11. A Comissão Geral de Concurso publicará a relação preliminar dos candidatos que tiveram o pedido de isenção deferido ou indeferido no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição deferidos constarão automaticamente na lista de inscritos.

3.12. Os candidatos que tiverem o pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferido poderão interpor recurso, o qual será protocolado por meio de formulário eletrônico, no prazo

estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I e conforme disciplinado na publicação de que trata o item anterior.

3.13. Após a análise dos recursos, a Comissão Geral de Concurso publicará o resultado final da solicitação de isenção no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>

3.14. O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido deverá gerar a Guia de Recolhimento da União (GRU) e efetuar pagamento de acordo com o prazo estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

3.15. A pessoa travesti ou transexual que desejar atendimento pelo nome social, nos termos do Decreto nº 8.727/2016, poderá solicitá-lo no ato da inscrição.

#### **4. DA RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD)**

4.1. Serão reservadas 5% (cinco por cento) do total de vagas que vierem a ser criadas durante a vigência do Concurso Público regido pelo presente Edital, para provimento por pessoas com deficiência (PcD), nos termos do art. 5º, § 2º, da Lei 8.112/90 e do art. 1º do Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018 e suas alterações.

4.1.1. O percentual de que trata o item 4.1 será observado na formação do cadastro de reserva.

4.1.2. O percentual de que trata o item 4.1 será observado na ocupação das vagas reservadas a PcD que vierem a surgir, e dar-se-á de acordo com a ordem de convocação constante no Anexo IV deste Edital.

4.2. Se da aplicação do percentual do item anterior resultar número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, não podendo ultrapassar 20% (vinte por cento) das vagas ofertadas por área.

4.3. Será possível efetuar a inscrição para concorrer à reserva de vaga para PcD, ainda que a área não ofereça vaga para provimento imediato, de modo que os eventuais aprovados constarão no cadastro de reserva, conforme o disposto nos anexos II e III deste Edital.

4.4. Será considerada pessoa com deficiência o candidato enquadrado no disposto na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, e no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas respectivas alterações.

4.5. Ressalvadas as disposições previstas na legislação vigente, a pessoa com deficiência participará do concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos no que diz respeito:

4.5.1. ao conteúdo das provas;

4.5.2. à avaliação e aos critérios de aprovação;

4.5.3. ao horário e ao local de aplicação das provas; e,

4.5.4. à nota mínima exigida para os demais candidatos.

4.6. O candidato que desejar concorrer às vagas para pessoas com deficiência, que vierem a ser criadas durante a vigência do Concurso Público regido pelo presente Edital, deverá, no ato de inscrição, informar sua condição e enviar, em espaço próprio e em formato PDF, laudo médico emitido nos últimos 60 (sessenta) dias.

4.7. O laudo de que trata o item anterior deverá obedecer aos seguintes quesitos:

4.7.1. ser redigido em letra legível;

4.7.2. conter o nome completo e o número do documento oficial de identidade (identificação) do candidato;

4.7.3. atestar a espécie, o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código da Classificação Internacional de Doença (CID).

4.7.4. ter o nome, número do CRM e a assinatura do médico responsável pela sua emissão.

4.8. É de responsabilidade do candidato a veracidade dos documentos anexados, sob pena de responder civil e criminalmente pelo seu teor.

4.9. A inobservância do disposto nos itens 4.6 e 4.7 acarretará a perda do direito às vagas reservadas às pessoas com deficiência, valendo a sua inscrição para as demais vagas.

4.10. Se aprovado e nomeado para provimento de vaga, o candidato com deficiência deverá submeter-se à perícia médica promovida por junta médica da Ufac, antes da posse, cuja data será informada por ocasião da convocação, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência, ou não, e seu respectivo grau, com a finalidade de verificar se a deficiência informada o habilita às vagas reservadas para candidatos em tais condições.

4.11. Quando convocado, o candidato apresentar-se-á para a inspeção médica constante no item 4.10, às suas expensas, munido de laudo médico nos termos do item 4.7 e de exames seguintes complementares comprobatórios da deficiência relacionados na convocação que trata o item 4.10.

4.12. O não comparecimento à convocação de que trata o item 4.10 acarretará a perda do direito à vaga reservada aos candidatos em tais condições.

4.13. O candidato que não for considerado pessoa com deficiência por junta médica da Ufac, passará a figurar apenas na listagem de classificação geral, caso possua nota de classificação para tanto.

4.14. O candidato cuja deficiência for julgada pelo órgão competente da Ufac como incompatível com o exercício das atividades da função para a qual concorre será excluído do concurso e considerado desclassificado, para todos os efeitos.

4.15. As vagas destinadas às pessoas com deficiência que vierem a surgir e que não forem preenchidas por falta de candidatos, por reprovação no concurso ou inaptidão na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos.

## **5. DA RESERVA DE VAGAS A CANDIDATOS NEGROS**

5.1. Serão reservadas 20% (vinte por cento) das vagas que vierem a ser criadas durante a vigência do Concurso Público regido pelo presente Edital, para provimento por candidatos que concorram às vagas destinadas a negros, nos termos do artigo 1º da Lei 12.990/ 2014.

5.1.1. O percentual de que trata o item 5.1 será observado na formação do cadastro de reserva.

5.1.2. O percentual de que trata o item 5.1 será observado na ocupação das vagas reservadas a candidatos negros que vierem a surgir, e dar-se-á de acordo com a ordem de convocação constante no Anexo IV deste Edital.

5.2. Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

5.3. Será possível efetuar a inscrição para concorrer à reserva de vaga para candidato negro, ainda que a área não ofereça vaga para provimento imediato, de modo que os eventuais aprovados constarão no cadastro de reserva, conforme o disposto nos anexos II e III deste Edital.

5.4. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros, que surgirem na vigência do Concurso Público, aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

5.4.1. O candidato que desejar concorrer às vagas para negros, no ato de inscrição deverá informar sua cor ou raça e optar por concorrer às vagas reservadas aos negros, preenchendo a autodeclaração de que é preto ou pardo.

5.4.2. Até o final do período de inscrição do Concurso Público, será facultado ao candidato desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas.

5.4.3. A autodeclaração terá validade somente para este Concurso Público.

5.5. Os candidatos negros concorrerão a todas as vagas em condições de igualdade, observando as fases de seleção e os critérios de aprovação exigidos para todos os candidatos.

5.6. Será realizado, no período entre a publicação do resultado preliminar e o resultado final do concurso, o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, nos termos da Instrução Normativa MGI nº 23, de 25 de julho de 2023.

5.7. O procedimento de heteroidentificação será realizado por comissão criada especificamente para este fim, que possuirá competência deliberativa para avaliar a autodeclaração prestada pelo candidato e emitir parecer conclusivo, favorável ou não, considerando os aspectos fenotípicos do mesmo, nos termos da Instrução Normativa MGI nº 23, de 25 de julho de 2023, não será aceita prova baseada em ancestralidade como meio de comprovação de autodeclaração de pessoa negra ou parda.

5.8. A Prograd publicará, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, a convocação dos candidatos que concorrem às vagas reservadas nos termos do item 5.3 deste Edital, para o procedimento de heteroidentificação, a qual será promovida sob a forma presencial.

5.9. O candidato que não comparecer ao procedimento de heteroidentificação será excluído da modalidade e constará apenas na classificação geral, caso tenha nota suficiente, dispensada a convocação suplementar de candidatos não habilitados.

5.10. Serão convocados para o procedimento de heteroidentificação, todos os candidatos que optarem às vagas reservadas às pessoas negras previstas no Edital, resguardadas as condições de aprovação estabelecidas neste Edital, e figurando na listagem final de aprovados o quantitativo de vagas de acordo com o Anexo II do Decreto nº 9.739/2019.

5.11. Será excluído da modalidade, o candidato cuja autodeclaração não for confirmada no procedimento de heteroidentificação e constará apenas na classificação geral, caso tenha nota suficiente.



5.12. A avaliação da comissão quanto à condição de pessoa negra considerará os seguintes aspectos:

5.12.1. a informação prestada pelo candidato no ato da inscrição quanto à condição de pessoa preta ou parda;

5.12.2. a autodeclaração assinada pelo candidato como pessoa preta ou parda, ratificando sua condição conforme indicada no ato da inscrição;

5.12.3. o fenótipo do candidato.

5.13. O candidato será considerado não enquadrado na condição de pessoa preta ou parda quando:

5.13.1. não cumprir os requisitos indicados no item 5 deste Edital;

5.13.2. negar-se a fornecer algum dos itens indicados no subitem 5.12, no momento solicitado pela Comissão de Heteroidentificação;

5.13.3. houver unanimidade entre os integrantes da Comissão quanto ao não atendimento do quesito cor ou raça por parte do candidato.

5.14. Para a comprovação da compatibilidade do fenótipo será considerada predominantemente a cor da pele, e, subsidiariamente, outros traços negroides que possibilitem o acolhimento ou rejeição da autodeclaração.

5.14.1. Na hipótese de a Comissão reconhecer a compatibilidade de cor preta ou parda do candidato como primeiro critério fenotípico, a avaliação dos demais critérios será dispensada, acatando a autodeclaração do candidato.

5.14.2. Na hipótese de não ser reconhecida a compatibilidade da cor da pele do candidato, serão avaliados os demais critérios fenotípicos, sendo necessário pelo menos 02 (dois) traços negroides para que seja acatada a autodeclaração do candidato.

5.15. O procedimento de heteroidentificação será filmado pela Comissão para fins de registro de avaliação e uso exclusivo pela própria Comissão de Heteroidentificação.

5.15.1. O candidato que se recusar a se submeter à filmagem do procedimento de heteroidentificação será excluído da modalidade e não será avaliado pela Comissão, dispensada a convocação suplementar de candidatos não habilitados.

5.16. Na hipótese de indícios ou denúncias de fraude ou má-fé no procedimento de heteroidentificação, o caso será encaminhado aos órgãos competentes, respeitando o contraditório e a ampla defesa, podendo acarretar a eliminação do candidato caso o certame esteja em andamento ou caso a pessoa já tenha sido nomeada, ficará sujeita à anulação da sua admissão ao serviço, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, em conformidade com a Instrução Normativa nº 23, de 25 de julho de 2023.

5.17. A Comissão Geral de Concurso publicará o resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.

5.18. Os candidatos não enquadrados na condição de pessoa preta ou parda conforme parecer emitido pela Comissão de Heteroidentificação, poderão interpor recurso à Comissão Recursal no prazo estabelecido constante no Anexo I, de acordo com o edital de resultado.

5.18.1. Por ocasião do recurso, o candidato poderá ter acesso, de forma eletrônica, ao parecer emitido pela comissão, bem como à gravação do procedimento de

heteroidentificação.

5.19. Em suas decisões, a comissão recursal deverá considerar a filmagem do procedimento para fins de heteroidentificação, o parecer emitido pela comissão e o conteúdo do recurso elaborado pelo candidato prejudicado.

5.19.1. Das decisões da comissão recursal não caberá recurso.

5.20. O resultado final do procedimento de heteroidentificação será publicado no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, no qual constarão os dados de identificação do candidato e a conclusão final a respeito da confirmação ou não da autodeclaração.

5.21. Os candidatos negros que optarem por concorrer às vagas na forma do item 5.4 concorrerão, concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso e às vagas reservadas a pessoa com deficiência, desde que atendam a essa condição.

5.21.1. Os candidatos negros aprovados e nomeados dentro do número de vagas oferecidas para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas a candidatos negros.

5.22. Em caso de não preenchimento de vaga reservada às pessoas negras, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado, respeitando o quantitativo de aprovados de acordo com o Anexo II do Decreto nº 9.739/2019.

5.23. As vagas destinadas às pessoas negras que não forem preenchidas por falta de candidatos serão revertidas neste certame para a ampla concorrência.

## **6. DO REQUERIMENTO DE ATENDIMENTO ESPECIAL**

6.1. O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá requerê-lo por ocasião da inscrição eletrônica, indicando os recursos especiais necessários ao seu atendimento, e com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I, devendo o laudo médico ter sido emitido nos últimos 12 (doze) meses.

6.2. A candidata que tiver a necessidade de amamentar durante a realização da(s) prova(s) deverá solicitar atendimento especial, anexando, em espaço próprio e em formato PDF, a certidão de nascimento da criança, e levar, no dia da prova, um acompanhante adulto, que ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda do lactente.

6.2.1. Será garantido o direito de as mães amamentarem seus filhos de até 6 (seis) meses de idade durante a realização do concurso público, conforme disposto nos termos da Lei n. 13.872/2019.

6.2.2. Terá o direito previsto no item anterior a mãe cujo filho tiver até 6 (seis) meses de idade no dia da realização de prova do concurso público (art. 2º, §1º da Lei n. 13.872/2019).

6.2.3. A criança deverá estar acompanhada de pessoa maior de idade, que será responsável por sua guarda (familiar ou terceiro), que deverá ter documento de identificação enviado através de link constante na página do candidato, no período de inscrição.

6.2.4. A pessoa acompanhante somente terá acesso ao local das provas até o horário estabelecido para fechamento dos portões e ficará com a criança em sala reservada para essa finalidade, próxima ao local de aplicação das provas.

6.2.5. A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos (art. 4º da Lei n. 13.872/2019).

6.2.6. Durante o período de amamentação, a mãe será acompanhada por fiscal.

6.2.7. O tempo despendido na amamentação, previsto no item 6.2.5 será compensado durante a realização da prova, em igual período, tendo cada saída e horários registrados em ata pela fiscal.

6.2.8. No momento da amamentação, ficarão presentes somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de quaisquer outras pessoas.

6.2.9. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá fazer juntada, na área do candidato, de cópias da certidão de nascimento da criança e do documento de identificação do acompanhante, no período de realização das inscrições.

6.2.10. O acompanhante mencionado no item anterior ficará em sala reservada durante todo período em que a mãe estiver realizando as provas e será responsável pela guarda da criança. A ele não será permitido saídas para circular pelo local de prova e o uso de equipamentos digitais ou eletrônicos de qualquer espécie.

6.2.11. A candidata que tiver necessidade de amamentar e não levar o acompanhante no dia de realização da prova não poderá permanecer com a criança no local de realização da prova e nem adentrar na sala de prova com a criança.

6.2.12. No caso de a criança ainda não ser nascida quando da realização da inscrição eletrônica, a certidão de nascimento poderá ser substituída por atestado emitido por médico obstetra que indique a data provável do seu nascimento.

6.2.13. A Ufac não disponibilizará acompanhante para guarda de crianças.

6.3. Não serão deferidos pedidos de atendimento especial para a realização das provas após o período de inscrição.

6.4. A relação dos candidatos que tiveram o seu pedido de atendimento especial deferido será divulgada no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, por ocasião da publicação do resultado preliminar das inscrições deferidas e indeferidas, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

6.5. O candidato poderá interpor recurso à Comissão Geral de Concurso, contra o indeferimento do pedido de atendimento especial no prazo estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I, o qual será protocolado por meio de formulário eletrônico, conforme disciplinado na publicação de que trata o item anterior.

6.6. A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

6.7. É de responsabilidade do candidato a veracidade dos documentos anexados, sob pena de responder civil e criminalmente pelo seu teor.

6.8. Após a análise, a Ufac divulgará, em edital específico, o resultado dos recursos dos candidatos de que trata o item 6.5 deste Edital, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

## **7. DA SELEÇÃO**

7.1. A seleção será realizada nos termos da Resolução Consu nº 09, de 08 de fevereiro de 2013, e terá as seguintes fases:

- a) primeira fase: será realizada por todos os candidatos que tiverem as inscrições deferidas, de acordo com o estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I, e compreenderá a realização das provas escrita e didática, de caráter eliminatório e classificatório, com pontuação máxima de 10 (dez) pontos cada prova;
- b) segunda fase: será realizada exclusivamente pelos candidatos não eliminados na primeira fase, de acordo com o Cronograma de Atividades, Anexo I, e compreenderá a Prova de títulos, de caráter classificatório, com pontuação máxima de 11 (onze) pontos.

7.2. Por ocasião da realização das provas escrita e didática, e considerando a prevenção da transmissão do Coronavírus, recomenda-se o uso de máscara ao candidato que estiver apresentando sintomas gripais.

7.2.1. Caso o candidato leve água para o seu próprio consumo, a embalagem deverá ser obrigatoriamente transparente.

7.2.2. O candidato que tiver a necessidade de se alimentar durante as provas deverá levar o alimento obrigatoriamente em embalagem transparente.

7.2.3. A Ufac poderá estabelecer outras medidas protetivas, conforme deliberado pelo Comitê de Prevenção e Contenção da COVID-19 da Ufac.

7.3. As fases de seleção serão conduzidas pelas bancas examinadoras, instituídas na forma do inciso II do artigo 7º da Resolução Consu nº 09, de 08 de fevereiro de 2013.

7.4. A Comissão Geral de Concurso publicará, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, a composição das bancas examinadoras, abrindo-se prazo para os candidatos arguirem impedimento ou suspeição dos seus membros, nos casos previstos nos artigos 18 e 20 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, cabendo ao arguinte o ônus de comprovar suas alegações.

7.5. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, à Pró-Reitoria de Graduação, sem efeito suspensivo, nos termos da Lei 9.784/ 1999.

7.6. O candidato somente poderá realizar as provas no local designado pela Ufac munido de documento de identidade original, de acordo com o item 16.7 deste Edital.

7.7. Será de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta dos locais de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

7.8. As informações referentes a notas e classificações poderão ser acessadas nos resultados, que serão publicados no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.

7.9. As fases de seleção das áreas ofertadas neste Edital serão independentes e autônomas entre si, podendo ter curso próprio em casos excepcionais.

7.10. É obrigatória a realização das provas escrita e didática pelos candidatos inscritos, sob pena de eliminação do certame.

## **8. DA PROVA ESCRITA**

8.1. A prova escrita consistirá em questão(ões) de conhecimento e habilidade, elaborada(s) pelas bancas examinadoras, relacionadas ao conteúdo programático da área (Anexo V).

8.2. A prova escrita será elaborada pelas bancas examinadoras e aplicada pela Comissão Geral de Concurso.

8.3. Os locais de prova serão designados pela Comissão Geral de Concurso, e publicados no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

8.4. A prova escrita será realizada na modalidade presencial, simultaneamente, por todos os candidatos, com duração de 4 (quatro) horas e início previsto para às 08 horas, horário Oficial do Acre, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

8.5. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova com antecedência mínima de 1 (uma) hora do horário fixado para o início, munido de documento de identidade original, de acordo com o item 16.7 deste Edital.

8.6. O candidato somente terá acesso à sala de realização da prova escrita até às 8h (horário oficial do Acre).

8.7. Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoas estranhas ao concurso no local de aplicação da prova.

8.8. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente na sala de realização da prova escrita por no mínimo 1 (uma) hora após o seu início, sob pena de sua eliminação do certame.

8.9. Não serão permitidas consultas e nem a utilização de qualquer equipamento eletrônico durante a realização da prova escrita.

8.10. Será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização da prova escrita, for surpreendido portando, em local diverso do indicado pelos fiscais, equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado, ainda que desligado.

8.10.1. Será eliminado o candidato cujo equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado que estiver em local indicado emitir qualquer tipo de ruído, alerta ou vibração.

8.11. A prova escrita será feita pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de cor azul ou preta, fabricada em material transparente.

8.11.1. Somente na hipótese de deferimento de atendimento especial será permitido o preenchimento da prova escrita por pessoa designada pela Comissão Geral de Concurso. Neste caso, o candidato será acompanhado por fiscal devidamente treinado e as respostas fornecidas serão gravadas em áudio e vídeo.

8.11.2. Também serão gravados, em áudio e vídeo, os atendimentos especiais de intérprete de Libras e leitor.

8.12. A prova escrita constitui o único documento válido para a correção das provas.

- 8.13. O candidato deverá assinar a lista de presença, sendo o responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial o seu nome, o número de inscrição e o número de seu documento de identidade.
- 8.14. As anotações que estiverem em desconformidade com este Edital ou com as instruções da prova escrita serão consideradas indevidas, e não serão consideradas para efeito de correção.
- 8.15. Em hipótese alguma haverá substituição da prova escrita por erro do candidato.
- 8.16. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou de qualquer modo danificar a sua prova escrita, sob pena de impossibilitar a leitura por parte dos membros da banca examinadora.
- 8.17. Serão de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da sua prova escrita.
- 8.18. Após entregar sua prova escrita, o candidato não poderá retornar ao local de realização da prova.
- 8.19. Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala de aplicação de prova, e somente poderão sair juntos do recinto, após acompanhar o lacre dos envelopes e apor, em ata, suas respectivas assinaturas.
- 8.20. A nota final do candidato na prova escrita será a média aritmética das notas atribuídas, individualmente, de ZERO a 10 (dez) pontos, por cada membro da banca examinadora.
- 8.20.1. No cálculo da nota será considerada até a segunda casa decimal, arredondando-se para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco).
- 8.21. Serão eliminados do Concurso Público os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,0 (cinco) pontos na prova escrita.
- 8.22. O resultado preliminar das provas escrita e didática será publicado, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.
- 8.23. A chave de correção da prova escrita será publicada juntamente com o resultado preliminar dela.
- 8.24. O candidato poderá solicitar acesso somente de forma eletrônica, junto à Comissão Geral de Concurso, a sua prova escrita e didática, a avaliação individual e a ata da prova escrita e didática, conforme disciplinado no resultado preliminar.
- 8.24.1. A entrega da documentação solicitada nos termos do item 8.24 ocorrerá conforme disciplinado no resultado preliminar.
- 8.24.2. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei nº 12.527/2011.
- 8.25. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar das provas escrita e didática, em formulário específico no endereço eletrônico, conforme disciplinado na publicação de que trata o item 8.22.
- 8.26. Os recursos serão encaminhados às bancas examinadoras, para fins de instrução e elaboração de parecer acerca dos fatos apresentados pelo recorrente, e serão julgados pela Assembleia de Centro.

8.27. O resultado final das provas escrita e didática serão publicados no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

## **9. DA PROVA DIDÁTICA**

9.1. A prova didática consiste em exposição oral sobre um dos 10 (dez) temas extraídos do conteúdo programático (Anexo V), a serem publicados, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

9.1.1. Para a definição dos temas da exposição oral da prova didática, a Banca Examinadora poderá delimitar, agrupar e/ou utilizar qualquer composição dos assuntos compreendidos do Conteúdo Programático (Anexo V).

9.2. A data, horário e local do sorteio dos temas para a prova didática serão divulgados ao candidato ao término de sua prova escrita.

9.2.1. A Comissão Geral de Concurso afixará, no local designado para o sorteio, os temas sorteados para cada candidato, independente do mesmo estar ou não presente.

9.2.2. Não é obrigatória a participação do candidato no sorteio do tema, contudo, a ausência do candidato não prejudicará a contagem do tempo para a realização da prova didática.

9.3. A prova didática ocorrerá 24 (vinte e quatro) horas após a realização do sorteio do tema, no horário e local divulgados no referido sorteio.

9.4. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova didática munido do original de seu documento oficial de identidade, nos termos do item 16.7, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para a realização da prova, e aguardará a sua convocação para iniciar a mesma.

9.5. A ausência ou o atraso do candidato na prova didática implicará a sua eliminação do concurso.

9.6. Após a identificação do candidato, a banca examinadora solicitará a entrega do plano de aula e informará que ele dispõe de até 5 (cinco) minutos para a organização dos materiais necessários para a realização da prova didática.

9.6.1. Finalizado o tempo de organização previsto no item 9.6, a banca informará ao candidato o horário e solicitará o início da exposição oral e, conseqüentemente dará início a contagem de tempo prevista no item 9.7.

**9.6.2. O plano de aula integra a prova didática e, conseqüentemente, será eliminado do concurso o candidato que não o entregar à banca examinadora, conforme previsto no item 9.6 deste Edital, em 04 (quatro) vias impressas.**

**9.6.3. O candidato que não apresentar o plano de aula, quando solicitado pela banca examinadora, terá ciência de sua eliminação e não fará a apresentação da prova didática.**

9.6.4. É de responsabilidade do candidato providenciar os recursos e materiais a serem utilizados na prova didática.

9.6.5. O candidato poderá fazer uso e requerer, se assim o desejar, de recursos existentes na instituição, tais como projetor de slides, pincel para quadro branco, giz etc., desde que esteja disponível no local da prova didática.

9.6.6. A requisição de que trata o item 9.6.5 deverá ser solicitada pelo candidato no ato do sorteio do tema para a prova didática.

9.7. A exposição oral do tema terá duração mínima de 40 (quarenta) e máxima de 60 (sessenta) minutos.

9.7.1. Será eliminado do concurso o candidato que não atingir o tempo mínimo ou que ultrapassar o tempo máximo destinado à exposição oral.

9.7.2. O candidato terá ciência de sua eliminação na publicação do resultado da prova didática e não terá atribuição de notas na mesma.

9.7.3. Não é vedado ao candidato a utilização de relógio ou outro equipamento para verificação de tempo, contudo, será considerado, para fins de comprovação do tempo de realização da prova didática, o equipamento utilizado pela banca examinadora.

9.8. Na avaliação da prova didática, a banca examinadora levará em conta, fundamentalmente, dentre outros elementos:

9.8.1. o domínio teórico do tema sorteado;

9.8.2. a capacidade de organizar as ideias sobre o tema sorteado e ministrá-lo com objetividade;

9.8.3. a coerência entre o plano de aula apresentado e o desenvolvimento da aula; e,

9.8.4. a utilização adequada dos recursos didáticos pelo candidato.

9.9. Para efeito de aferição da nota da prova, a banca examinadora terá como referência os elementos e as definições contidas na planilha de avaliação constante no Anexo VI deste Edital.

9.10. Após a exposição do tema, o candidato poderá ser arguido pelos membros da banca examinadora, com tempo máximo de 10 (dez) minutos para cada examinador, sendo concedido igual tempo ao candidato para resposta.

9.11. A prova didática será gravada pela banca examinadora, em cumprimento ao art. 31 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

9.12. Será vedado ao candidato participar como observador ou ouvinte da prova didática de outros candidatos independente da área de concurso deste Edital, também será vedada a utilização de qualquer meio eletrônico ou digital para registrar a aula por parte de terceiros, exceto a gravação oficial que será realizada pela Banca Examinadora.

9.13. A prova didática será pública, observado o disposto no item anterior. Contudo, não será permitido o ingresso de terceiros após o início da exposição oral do candidato.

9.14. A prova didática ocorrerá de forma presencial, contudo, em caráter excepcional, poderá haver participação remota de membros da Banca Examinadora.

9.15. A nota do candidato na prova didática será a média aritmética das notas atribuídas, de ZERO a 10 (dez) pontos, por cada membro da banca examinadora.

9.15.1. No cálculo da nota será considerada até a segunda casa decimal, arredondando-se para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco).

9.16. Serão eliminados os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,0 (cinco) pontos na prova



didática.

9.17. O resultado preliminar da prova didática será publicado no endereço eletrônico.

<<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

9.18. O candidato poderá solicitar acesso somente de forma eletrônica, junto à Comissão Geral de Concurso, às documentações da sua prova didática, conforme disciplinado no resultado preliminar.

9.18.1. A entrega da documentação solicitada nos termos do item 9.17 ocorrerá, conforme disciplinado no resultado preliminar.

9.18.2. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei 12.527/2011.

9.19. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar da prova didática, em formulário específico no endereço eletrônico, conforme disciplinado na publicação de que trata o item 9.16.

9.20. Os recursos serão encaminhados às bancas examinadoras para fins de instrução e elaboração de parecer acerca dos fatos apresentados pelo recorrente, e serão julgados pela respectiva Assembleia de Centro.

9.21. O resultado final das provas escrita e didática será publicado no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

## **10. DA PROVA DE TÍTULOS**

10.1. Somente serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados nas provas escrita e didática.

10.2. Para a prova de títulos, os candidatos deverão protocolizar de forma eletrônica, conforme procedimentos a serem disciplinados em edital específico, cópia digital do currículo cadastrado na Plataforma Lattes e dos documentos comprobatórios dos dados nele constantes, na ordem da Planilha de Prova de Título (Anexo VII), e obedecendo os procedimentos disciplinados pela Comissão Geral de Concurso na convocação para a referida fase.

10.2.1. Será publicado edital complementar com informações específicas quanto ao envio e documentação, referentes à Prova de Títulos.

10.3. É de responsabilidade exclusiva do candidato, sob as penalidades da lei, a veracidade dos documentos apresentados, dispondo a Ufac do direito de excluir do concurso o candidato, a qualquer tempo, caso seja constatado que os documentos são inverídicos.

10.4. A prova de títulos será realizada pela banca examinadora por meio da avaliação do currículo cadastrado na Plataforma Lattes com os devidos documentos comprobatórios, tendo como referência os elementos e definições contidos na planilha de pontuação de títulos constante no Anexo VII deste Edital.

10.5. A pontuação máxima da prova de títulos será 11 (onze) pontos, obtida a partir da seguinte fórmula:  $NT = \sum (\text{planilha de títulos})/10$ .

10.5.1. No cálculo da nota será considerada até a segunda casa decimal, arredondando-se para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco).

10.6. O candidato que não entregar os documentos na forma e nos prazos definidos pelo item 10.2 não terá atribuição de nota nesta fase.

10.7. Não haverá, sob qualquer hipótese, prorrogação de prazo para o cumprimento do disposto no item 10.2 deste Edital.

10.8. O resultado preliminar da prova de títulos será publicado no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

10.9. O candidato poderá solicitar acesso somente de forma eletrônica, junto à Comissão Geral de Concurso, às documentações da sua prova de títulos, conforme disciplinado no edital de resultado preliminar.

10.9.1. A entrega da documentação solicitada nos termos do item 10.9 ocorrerá conforme disciplinado no resultado preliminar.

10.9.2. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei 12.527/2011.

10.10. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar da prova de títulos, em formulário específico, no endereço eletrônico, conforme disciplinado na publicação de que trata o item 10.8.

10.11. Os recursos serão encaminhados às bancas examinadoras para fins de instrução e elaboração de parecer acerca dos fatos apresentados pelo recorrente, e serão julgados pela respectiva Assembleia de Centro.

10.12. O resultado final da prova de títulos será publicado no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme data prevista no Cronograma de Atividades, Anexo I.

## **11. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

11.1. São critérios de desempate, em ordem de classificação:

11.1.1 maior idade, conforme art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

11.1.2 maior pontuação na prova de títulos;

11.1.3 maior média na prova didática;

11.1.4 maior média na prova escrita;

11.1.5 maior tempo de experiência no magistério em Instituição de Ensino Superior; e

11.1.6 tiver exercido a função de jurado, conforme o art. 440 do Código de Processo Penal.

11.2 Persistindo o empate, o desempate dar-se-á por sorteio.

## **12 DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1 A Comissão Geral do Concurso publicará, de acordo com o estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I, o Resultado Consolidado das Avaliações e Classificação dos Candidatos, contendo a lista dos candidatos classificados por área, de acordo com os valores decrescentes das notas finais no concurso, atribuindo o primeiro lugar ao candidato que obtiver a maior pontuação, e

assim sucessivamente, observados os critérios de desempate deste Edital.

12.1.1 A nota final do candidato será a média aritmética das provas escrita e didática, acrescida da pontuação da prova de títulos, conforme a fórmula seguinte:  
$$NF = [(NE + ND) / 2] + NT.$$

12.1.2 No cálculo da nota será considerada até a segunda casa decimal, arredondando-se para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco).

12.2 Serão classificados no concurso os candidatos aprovados dentro dos quantitativos previstos nos anexos II e III deste Edital, conforme estabelecido no Anexo II do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

12.3 Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o Anexo II, ainda que tenham atingido nota mínima, serão eliminados do certame.

12.4 O candidato poderá interpor recurso contra a somatória das notas e classificação, em formulário específico, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme procedimentos a serem disciplinados no resultado preliminar, nas datas constante no Anexo I.

12.5 O resultado final de cada área do concurso será homologado pela Assembleia do Centro respectivo, e publicado no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

12.6 Do resultado final, caberá recurso de revisão ao Conselho Universitário, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I, protocolizado perante a Comissão Geral de Concurso, o qual somente poderá versar sobre casos de nulidade ocorridos no certame, sendo vedado pedido de revisão ou de correção de nota.

12.7 Para interposição de recursos, o candidato poderá ter acesso à documentação do certame, somente de forma eletrônica respondendo o candidato pelo seu uso indevido, nos termos da Lei 12.527/2011.

12.8 Os recursos interpostos pelos candidatos serão recebidos sempre no efeito devolutivo.

12.9 O resultado final será homologado pela Reitoria, publicado no Diário Oficial da União e divulgado no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

12.10. O candidato aprovado, dentro do quantitativo de vagas ou no cadastro de reserva previsto no Edital, poderá solicitar a sua reclassificação para a última posição da lista de candidatos classificados.

12.10.1 O pedido de reclassificação deverá ser protocolado junto ao Gabinete da Pró-Reitoria de Graduação da Ufac, por meio de processo administrativo a ser aberto no Sistema Eletrônico de Informações – SEI <http://www2.ufac.br/sei/menu/aceso-ao-sei-usuarios-externos> e deverá ser acompanhado do termo, devidamente assinado, conforme Anexo VIII deste Edital.

12.10.2 A renúncia à classificação originária tem caráter irretratável, não podendo ser alegado desconhecimento por parte do candidato.

12.10.3 A partir da reclassificação do candidato, a Ufac poderá dispor do direito de convocar, a qualquer tempo, o próximo candidato na ordem de classificação, observada a

vigência do Concurso Público

12.10.4 A nomeação do candidato reclassificado para a última colocação somente poderá ocorrer após a nomeação dos candidatos que o antecedem, observada a vigência do Edital.

12.10.5 Os candidatos classificados nas modalidades de PcD ou Negro somente poderão solicitar reclassificação, caso também possuam posição na classificação geral, ocasião em que ocuparão a última posição da classificação geral e perderão a prioridade de nomeação decorrente da sua modalidade.

12.10.6 Na hipótese do candidato ter sido nomeado para o cargo, a solicitação de que trata o item 12.10 deverá ser protocolada, nos termos do item 12.10.1, durante o prazo legal para a posse.

12.10.7 Na hipótese do item 12.10.6, a nomeação do candidato será tornada sem efeito e publicada no Diário Oficial da União, ocasião em que também será divulgada a sua opção de reclassificação no concurso.

12.10.8 Ressalvado o disposto no item 12.10.7, a reclassificação do candidato será divulgada no sítio oficial da Ufac, dispensada a publicação no Diário Oficial da União.

12.10.9 Serão indeferidos os pedidos de reclassificação condicional, posteriores ao prazo para posse ou enviados em desconformidade com este Edital.

### **13 DA ORDEM DE NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS**

13.1 Para as áreas que oferecerem vagas de provimento imediato para a ampla concorrência, a ocupação dar-se-á de tal modo que o primeiro classificado da lista de candidatos aprovados no Concurso Público será nomeado para ocupar a vaga.

13.1.1 Caso a vaga destinada à ampla concorrência não seja preenchida, será nomeado o próximo candidato melhor classificado, até o preenchimento da vaga de provimento imediato.

13.2 As vagas que vierem a surgir na vigência deste Edital serão providas de acordo com a ordem estabelecida no Anexo IV, desde que haja candidato classificado para a área na referida modalidade.

13.3 A nomeação de candidatos, inscritos na modalidade Pcd, ocorrerá de acordo com a ordem de convocação constante no Anexo IV deste Edital, exceto se o candidato estiver melhor classificado na lista geral de ampla concorrência.

13.3.1 Na hipótese de não haver PcD classificada para a área em que surgir a vaga, será convocado o próximo candidato classificado, de acordo com a ordem de convocação constante no Anexo IV, ficando reservada a vaga destinada à PcD para a próxima área na qual surgir a demanda, desde que tenha candidato PcD classificado.

13.3.2 As vagas reservadas para PcD, nos termos do item 4.1 e de acordo com a ordem de convocação constante no Anexo IV, serão garantidas até o preenchimento delas.

13.4 A nomeação de candidatos, inscritos na modalidade negro, ocorrerá de acordo com a ordem de convocação constante no Anexo IV deste Edital, exceto se o candidato estiver melhor classificado na lista geral de ampla concorrência.

13.4.1. Na hipótese de não haver candidatos negros classificados para a área que surgir a vaga, será convocado o próximo candidato classificado, de acordo com a ordem de convocação constante no Anexo IV, ficando reservada a vaga destinada a candidato negro para a próxima área que surgir a demanda, desde que haja candidatos negros classificados.

13.4.2. As vagas reservadas para candidato negro, nos termos do item 5.1 e de acordo com a ordem de convocação constante no Anexo IV, serão garantidas até o preenchimento delas.

#### **14. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO E DA REMUNERAÇÃO INICIAL**

14.1 São atribuições do cargo de Professor de Magistério Superior as atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, e as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria Instituição, além daquelas previstas em legislação específica.

14.2 O ingresso na carreira de Professor de Magistério Superior ocorrerá no Nível 1 da Classe A.

14.3 A remuneração inicial será composta pelo vencimento básico da Classe A, Nível 1, conforme o regime de trabalho, acrescido da retribuição por titulação (RT) e do auxílio alimentação, segundo o quadro abaixo:

##### **QUADRO I - REMUNERAÇÃO**

<b>JORNADA DE 20 HORAS</b>						
Classe/Nível	Denominação	Título	Vencimento Básico	RT	Auxílio Alimentação	Total Bruto
A/ 1	Adjunto-A	Doutorado	R\$ 2.437,59	R\$ 1.401,62	R\$ 329,00	R\$ 4.168,21
<b>JORNADA DE 40 HORAS</b>						
Classe/Nível	Denominação	Título	Vencimento Básico	RT	Auxílio Alimentação	Total Bruto
A/ 1	Adjunto-A	Doutorado	R\$ 3.412,63	R\$ 2.943,39	R\$ 658,00	R\$ 7.014,02
<b>JORNADA DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA</b>						
Classe/Nível	Denominação	Título	Vencimento Básico	RT (D.E.)*	Auxílio Alimentação	Total Bruto
A/ 1	Adjunto-A	Doutorado	R\$ 4.875,18	R\$ 5.606,46	R\$ 658,00	R\$ 11.139,64

\* Regimes de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional

#### **15. DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO**

15.1 São requisitos para a investidura no cargo:

15.1.1 ter sido aprovado no concurso público;

15.1.2 ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal;

15.1.3 comprovar a quitação das obrigações eleitorais, mediante a apresentação do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral;

15.1.4 comprovar a regularidade com o Serviço Militar, para os aprovados do sexo

masculino;

15.1.5 comprovar possuir o perfil exigido para a investidura no cargo, conforme consta nos anexos II e III deste Edital, de acordo com a área para a qual foi nomeado.

15.1.6 ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;

15.1.7 ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

15.1.8 não estar cumprindo qualquer sanção que impossibilite a investidura no cargo.

15.2 No caso de estrangeiro, deverá estar em situação regular no país, comprovado pelo visto permanente, sendo exigido apenas os requisitos constantes nos subitens 15.1.1, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8.

15.2.1 A permanência do estrangeiro no quadro docente da Universidade fica condicionada à apresentação e manutenção do visto permanente.

15.3 Os títulos acadêmicos obtidos no exterior deverão estar revalidados no Brasil, na forma da lei.

15.4 O candidato, na solicitação de inscrição, declarará que tem ciência dos documentos exigidos para a investidura no cargo e que, caso aprovado, os apresentará por ocasião da posse.

15.5 É de responsabilidade exclusiva do candidato, sob as penalidades da lei, a veracidade dos documentos e informações fornecidas para a investidura do cargo, dispondo a Ufac do direito de excluir do concurso, a qualquer tempo, o candidato que apresente falsa declaração ou documentação.

15.6 Se aprovado e nomeado para provimento de vaga, o candidato deverá submeter-se ao exame admissional promovido pela Ufac, que terá decisão terminativa sobre a aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

15.7 A Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (Prodgep) publicará no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>> a relação dos exames e laudos, às expensas do candidato, que deverão ser apresentados por ocasião do exame admissional.

15.8 O não comparecimento ao exame admissional, bem como a não apresentação da documentação exigida no ato convocatório acarretará a perda do direito à vaga.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e suas alterações, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

16.2 Em todas as fases do concurso é imperativa a observação das normas que o regem, e o descumprimento do Edital implicará a eliminação do candidato no certame.

16.3 Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do começo e inclui-se o dia do vencimento.

16.4 O prazo de validade do concurso é de 02 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

16.5 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao Concurso, que deverá observá-los rigorosamente.

16.6 Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei 12.527/2011.

16.7 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (modelo com foto).

16.8 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, CPF, título eleitoral, carteira de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

16.9 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de solicitação do documento.

16.10 Para a identificação da prova escrita serão aceitos apenas documentos de identificação físicos (impressos), visto a impossibilidade de utilização de equipamentos eletrônicos durante a realização da prova.

16.11 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 90 (noventa) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados e de assinaturas em formulário próprio.

16.12 Além das hipóteses já elencadas neste Edital, será automaticamente eliminado do processo seletivo, em decorrência da anulação de suas provas, o candidato que durante a realização das provas:

16.12.1 for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;

16.12.2 utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;

16.12.3 for surpreendido portando aparelhos eletrônicos ou outros objetos similares, tais como wearable tech, máquinas calculadoras, agendas eletrônicas e(ou) similares, telefones celulares, smartphones, tablets, ipods, gravadores, pen drive, mp3 e(ou) similar, relógio de qualquer espécie, alarmes, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, fones de ouvido e(ou) qualquer transmissor, gravador e(ou) receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens etc.;

16.12.3.1 com exceção do relógio de qualquer espécie, no caso específico para a prova de didática, porém, atendendo o item 9.7.3, deste Edital.

16.12.4 faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas ou da banca examinadora, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;

16.12.5 fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio;

- 16.12.6 não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
- 16.12.7 afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- 16.12.8 ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas ou a folha de rascunho;
- 16.12.9 descumprir as instruções contidas no caderno de provas, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo;
- 16.12.10 perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, comportando-se indevidamente;
- 16.12.11 utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter a própria aprovação ou a aprovação de terceiros em qualquer etapa do processo seletivo;
- 16.12.12 não permitir a coleta de sua assinatura;
- 16.12.13 for surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;
- 16.12.14 for surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;
- 16.12.15 for surpreendido portando qualquer tipo de arma;
- 16.12.16 recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
- 16.12.17 permanecer na sala de aplicação de provas utilizando óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha;
- 16.12.18 Permanecer na sala usando quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.;
- 16.12.19 for surpreendido durante a aplicação de prova com objetos pessoais no bolso (carteiras, papéis, anotações etc.).

16.13 A Comissão Geral de Concurso será sediada em:

16.13.1 Rio Branco: Bloco Esther de Figueiredo Ferraz (Bloco da Pró-Reitoria de Graduação), Sala da Comissão Geral de Concurso, primeiro piso, *Campus* Universitário de Rio Branco, BR-364, Km 04, Bairro Distrito Industrial.

16.14 Os interessados poderão entrar em contato com a Comissão Geral de Concurso para esclarecer dúvidas exclusivamente pelo e-mail: <[concurso.docente@ufac.br](mailto:concurso.docente@ufac.br)>.

16.15 A nomeação dos aprovados será publicada no Diário Oficial da União e divulgada no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.

16.16 A Ufac poderá ceder o cadastro de candidatos aprovados para outras Instituições Federais de Ensino Superior, observado o interesse institucional e a legislação vigente.

16.17 A Ufac poderá nomear os candidatos aprovados e excedentes ao número de vagas previsto neste Edital para assumir encargos docentes em outra área que exigir igual perfil, ou em outro *campus* no qual exista vaga na área em que se deu sua aprovação, ou para assumir encargos docentes em outra área que exigir igual perfil, observada a ordem de classificação e desde que previamente aceito pelo candidato.

16.17.1 Caso exista mais de uma área com perfil em que possa ocorrer o aproveitamento, será



lançado edital de seleção, cuja classificação dos candidatos obedecerá à nota final obtida no seu respectivo Concurso Público, observada a prioridade dos candidatos classificados para a mesma localidade. O referido edital contemplará todas as áreas que possuírem perfil igual ao da área de aproveitamento, independente delas admitirem mais de uma formação, contudo, somente os candidatos que possuírem o perfil da área de aproveitamento poderão participar da seleção.

16.17.2 A aceitação pelo candidato em ser nomeado para outro campus ou para assumir encargos docentes em outra área implicará a renúncia à sua nomeação para a área/campus/localidade de aprovação inicial.

16.18 Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Graduação.

16.19 O Anexo I (Cronograma de Atividades), Anexo II (Quadro de Vagas do *Campus* de Rio Branco), o Anexo III (Quadro de Vagas do *Campus* de Cruzeiro do Sul), o Anexo IV (Quadro contendo a sequência de nomeação para vagas que vierem a surgir na validade deste concurso), o Anexo V (Conteúdos Programáticos e Bibliografias Sugeridas), o Anexo VI (Planilha de Avaliação da Prova Didática), Anexo VII (Planilha de Pontuação da Prova de Títulos) e o Anexo VIII (Termo de renúncia e classificação), estão disponíveis no endereço eletrônico: [http://www2.ufac.br/editais/prograd/edital-prograd-ndeg-04-2024-concurso-publico-de-provas-e-titulos-para-o-cargo-efetivo-de-professor-da-carreira-de-magisterio-superior/folder\\_contents](http://www2.ufac.br/editais/prograd/edital-prograd-ndeg-04-2024-concurso-publico-de-provas-e-titulos-para-o-cargo-efetivo-de-professor-da-carreira-de-magisterio-superior/folder_contents) e integram o presente Edital.

Rio Branco/AC, 19 de janeiro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 LILIAN KAREN MUNIZ CAVALCANTE  
Data: 19/01/2024 17:46:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LILIAN KAREN MUNIZ CAVALCANTE

Pró-Reitora de Graduação Substituta

**EDITAL Nº 04/2024–PROGRAD**
**ANEXO I**

<b>CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO CONCURSO PÚBLICO</b>	
<b>ATIVIDADE</b>	<b>DATA</b>
<b>Período de inscrição para candidatos com o título de Doutor</b>	<b>23/01/2024 a 12/02/2024</b>
Período para solicitar atendimento especial	23/01/2024 a 12/02/2024
Período para requerer isenção da taxa de inscrição	23/01/2024 a 31/01/2024
Publicação do resultado preliminar da isenção da taxa de inscrição	02/02/2024
Período para recurso do indeferimento da taxa de isenção	05/02/2024
Publicação do resultado final da isenção da taxa de inscrição	07/02/2024
Data limite para pagamento da taxa de inscrição	13/02/2024
Publicação do resultado preliminar das inscrições deferidas e indeferidas e atendimento especial	19/02/2024
Período de recurso de inscrições e atendimentos especiais indeferidos	20/02/2024 a 21/02/2024
Publicação do resultado final de inscrições e atendimento especial deferidos	23/02/2024
Publicação do Edital Complementar para Candidatos com o título de Mestre*	
<b>Publicação da relação final dos inscritos por titulação e modalidade</b>	<b>10/05/2024</b>
<b>Publicação da composição das bancas examinadoras</b>	<b>17/05/2024</b>
Período para os candidatos arguírem impedimento ou suspeição dos membros das bancas examinadoras	20/05/2024 e 21/05/2024
Publicação do resultado da arguição de impedimento ou suspeição dos membros das bancas examinadoras	29/05/2024
<b>Publicação dos locais de realização da prova escrita e dos temas para a prova didática</b>	14/06/2024
<b>Aplicação prova escrita</b>	<b>30/06/2024, das 8h às 12h</b>
Convocação para o sorteio dos temas da prova didática	Ao término da prova escrita, 30/06/2024.
Período de sorteio dos temas da prova didática	01/07/2024 a 09/07/2024
Aplicação prova didática (24h após a realização do sorteio do tema)	02/07/2024 a 10/07/2024
<b>Publicação dos resultados preliminares das provas escrita, didática (1ª fase) e chave de correção</b>	<b>19/07/2024</b>
Data para os candidatos solicitarem acesso às suas avaliações das provas escrita e didática	22/07/2024
Período para interposição de recurso contra os resultados das provas escrita e didática (1ª fase) e contra a chave de correção.	24/07/2024 a 25/07/2024
Publicação do resultado final das provas escrita e didática e convocação para a prova de títulos	07/08/2024
Período para os candidatos enviarem de forma eletrônica a documentação para a prova de títulos	13/08/2024 a 14/08/2024

Publicação do resultado preliminar da prova de títulos	20/08/2024
Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova de títulos	23/08/2024
Publicação do resultado final da prova de títulos e do resultado consolidado das avaliações e classificação dos candidatos	02/09/2024
Recurso contra o resultado consolidado das avaliações e classificação dos(as) candidatos(as)	03/09/2024
Convocação para a heteroidentificação dos inscritos para a cota destinada aos(as) candidatos(as) negros(as)	03/09/2024
Procedimento de heteroidentificação dos inscritos para a cota destinada aos(as) candidatos negros	06/09/2024
Publicação do resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação	09/09/2024
Período para recurso contra o resultado do procedimento de heteroidentificação	10/09/2024
Publicação do resultado final do procedimento de heteroidentificação	11/09/2024
Publicação do resultado final do Concurso Público	19/09/2024
Período para os candidatos solicitarem acesso às informações do Concurso Público	20/09/2024
Período para recurso junto ao CONSU	22/09/2024 a 26/09/2024
Publicar do Resultado Final no Diário Oficial da União para as áreas que não tiverem recurso ao CONSU.	30/09/2024

**EDITAL Nº 04/2024–PROGRAD**
**ANEXO II**
**VAGAS DESTINADAS AO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RIO BRANCO**

- As áreas de pós-graduação exigidas para o perfil dos candidatos são baseadas na Tabela de Áreas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de acordo com a Resolução ad referendum nº 16, de 09 de janeiro de 2024 .
- As vagas contidas neste anexo são destinadas para provimento no Campus Universitário de Rio Branco, de acordo com as áreas definidas a seguir:

<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA NATUREZA – CCBN</b>									
Código	Área	Perfil para investidura no cargo	Regime de trabalho	Vaga (s)			Cadastro de Reserva		
				Geral	Pessoa com deficiência	Negros	Geral	Pessoa com deficiência	Negros
01	Ensino de Ciências e Biologia	Doutorado em Ciências Biológicas ou Ensino de Ciências ou Ensino de Ciências e Matemática ou Educação em Ciências ou Educação Científica ou Educação, com Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas.	DE	01	*	*	02	01	01
02	Geofísica	Doutorado em Geofísica ou Geociências com área de concentração em Geofísica ou Engenharia de Reservatório e de Exploração ou Física ou Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo ou Engenharia de Petróleo com Graduação em Geofísica ou Geologia ou Física ou Engenharias.	DE	01	*	*	02	01	01

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO DESPORTO - CCSD									
Código	Área	Perfil para investidura no cargo	Regime de trabalho	Vaga (s)			Cadastro de Reserva		
				Geral	Pessoa com deficiência	Negros	Geral	Pessoa com deficiência	Negros
03	Cirurgia Geral	Doutorado em Ciências da Saúde ou Ciências Biológicas, com graduação em Medicina e Residência Médica reconhecida pelo MEC ou título de especialista em Cirurgia Cardiovascular ou Cirurgia de Cabeça e Pescoço ou Cirurgia do Aparelho Digestivo ou Cirurgia Geral ou Cirurgia Pediátrica ou Cirurgia Plástica ou Cirurgia Torácica ou Cirurgia Vascular ou Coloproctologia ou Urologia.	20h/40h**	01	*	*	02	01	01
04	Clínica Médica	Doutorado em Ciências da Saúde ou Ciência Biológicas, com Graduação em Medicina e residência Médica reconhecida pelo MEC ou título de especialista em Clínica Médica ou Cardiologia ou Angiologia ou Cancerologia ou Endocrinologia e Metabologia ou Reumatologia ou Nutrologia ou Gastroenterologia ou Oncologia ou Hematologia ou Pneumologia ou Neurologia ou Dermatologia ou Nefrologia ou Medicina Intensiva ou Geriatria.	20h/40h**	01	*	*	02	01	01
05	Conhecimentos das dimensões e implicações biológicas, psicológicas e socioculturais da relação homem/sociedade, motricidade humana/movimento humano/cultura do movimento corporal/atividade física	Doutorado em Educação Física ou Ciências do Desporto ou Ciências do Movimento Humano ou Ciências do Exercício e do Esporte ou Ciências do Esporte ou Ciências da Saúde ou Ciências ou Educação ou Saúde Coletiva, com Graduação em Educação Física.	DE	01	*	*	02	01	01
06	Exercício e Saúde	Doutorado em Educação Física ou Ciências do Desporto ou Ciências do Movimento Humano ou Ciências do Exercício e do Esporte ou Ciências do Esporte ou Ciências da Saúde ou Ciências ou Educação ou Saúde Coletiva ou Imunologia, com Graduação em Educação Física.	DE	01	*	*	02	01	01

07	Infectologia	Doutorado em Ciências da Saúde ou Ciências Biológicas, com Graduação em Medicina e Residência Médica reconhecida pelo MEC ou título de especialista reconhecido pela AMB em Infectologia ou Medicina Tropical.	20h/40**	01	*	*	02	01	01
08	Medicina de Família e Comunidade	Doutorado em Ciências da Saúde ou Ciências Biológicas, com Graduação em Medicina e Residência Médica reconhecida pelo MEC ou Título de Especialista reconhecido pela AMB em Medicina de Família e Comunidade.	20h/40**	01	*	*	02	01	01
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS – CCET</b>									
Código	Área	Perfil para investidura no cargo	Regime de trabalho	Vaga (s)			Cadastro de Reserva		
				Geral	Pessoa com deficiência	Negros	Geral	Pessoa com deficiência	Negros
09	Ciência da Computação	Doutorado em Informática ou Ciência da Computação ou Sistemas e Computação, com Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em Informática ou Ciência da Computação ou Sistema de Informação ou Análise de Sistemas ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software.	DE	*	*	01	02	01	01
10	Matemática	Doutorado em Matemática ou Educação em Matemática ou Ensino de Matemática, com Graduação em Matemática.	DE	01	*	*	02	01	01
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E ARTES - CELA</b>									
Código	Área	Perfil para investidura no cargo	Regime de trabalho	Vaga (s)			Cadastro de Reserva		
				Geral	Pessoa com deficiência	Negros	Geral	Pessoa com deficiência	Negros
11	Educação Especial	Doutorado em Educação Especial Inclusiva, com Graduação em Licenciatura em Pedagogia ou Educação Especial ou Licenciado em qualquer área do conhecimento com especialização em: Braille, Educação Inclusiva, Deficiência Intelectual e Deficiência Física.	DE	*	01	*	02	01	01

12	Fundamentos da Educação	Doutorado em Educação, com graduação em Licenciatura em Pedagogia ou; Licenciatura em História ou Ciências Sociais ou Licenciatura em Filosofia.	DE	01	*	*	02	01	01
<b>CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH</b>									
Código	Área	Perfil para investidura no cargo	Regime de trabalho	Vaga (s)			Cadastro de Reserva		
				Geral	Pessoa com deficiência	Negros	Geral	Pessoa com deficiência	Negros
13	Processos Clínicos e avaliativos	Doutor em Psicologia com Graduação em Psicologia (Bacharelado ou Formação).	DE	02	*	*	04	01	02

\* Não haverá reserva de vagas para pessoas com deficiência e negros, em virtude do quantitativo oferecido.

\*\* Fica a critério da Ufac o regime de trabalho 20h/DE, no qual o docente deverá ser nomeado de acordo com a necessidade da Instituição, considerando a demanda de disciplinas.

**EDITAL Nº 04/2024–PROGRAD**
**ANEXO III**
**VAGAS DESTINADAS AO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CRUZEIRO DO SUL**

1. As áreas de pós-graduação exigidas para o perfil dos candidatos são baseadas na Tabela de Áreas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de acordo com a Resolução ad referendum nº 16, de 09 de janeiro de 2024.

2. As vagas contidas neste anexo são destinadas para provimento no Campus Universitário de Cruzeiro do Sul, de acordo com as áreas definidas a seguir:

<b>CENTRO EDUCAÇÃO E LETRAS (CEL)</b>									
<b>Código</b>	<b>Área</b>	<b>Perfil para investidura no cargo</b>	<b>Regime de trabalho</b>	<b>Vaga (s)</b>			<b>Cadastro de Reserva</b>		
				<b>Geral</b>	<b>Pessoa com deficiência</b>	<b>Negros</b>	<b>Geral</b>	<b>Pessoa com deficiência</b>	<b>Negros</b>
14	Língua Inglesa e respectivas Literaturas	Doutorado em Letras ou Linguística ou Linguística Aplicada ou Estudos Linguísticos ou Linguagens ou Ensino ou Tradução, com Graduação em Licenciatura em Letras: Inglês ou Letras: Português/Inglês.	DE	01	*	*	02	01	01
<b>CENTRO MULTIDISCIPLINAR (CMULTI)</b>									
<b>Código</b>	<b>Área</b>	<b>Perfil para investidura no cargo</b>	<b>Regime de trabalho</b>	<b>Vaga (s)</b>			<b>Cadastro de Reserva</b>		
				<b>Geral</b>	<b>Pessoa com deficiência</b>	<b>Negros</b>	<b>Geral</b>	<b>Pessoa com deficiência</b>	<b>Negros</b>
15	Enfermagem Clínica e Cirúrgica	Doutorado em Ciências da Saúde, com Graduação em Enfermagem.	20h/DE**	*	*	01	02	01	01
16	Fundamentos para o Processo do Trabalho na Enfermagem	Doutorado em Ciências da Saúde, com Graduação em Enfermagem.	DE	*	*	01	02	01	01

\* Não haverá reserva de vagas para pessoas com deficiência e negros, em virtude do quantitativo oferecido.

\*\* Fica a critério da Ufac o regime de trabalho 20h/DE, no qual o docente deverá ser nomeado de acordo com a necessidade da Instituição, considerando a demanda de disciplinas.



**EDITAL Nº 04/2024–PROGRAD**

**ANEXO IV**

**SEQUÊNCIA DE NOMEAÇÃO PARA VAGAS QUE VIEREM A SURGIR NA VALIDADE DESTE CONCURSO**

1. Sequência de nomeação para vagas que vierem a surgir na validade deste concurso, observado o disposto nos itens 4.1, 4.2, 5.1 e 5.2 deste edital.

1ª Vaga	Ampla Concorrência
2ª Vaga	Ampla Concorrência
3ª Vaga	Negro
4ª Vaga	Ampla Concorrência
5ª Vaga	PcD
6ª Vaga	Ampla Concorrência
7ª Vaga	Ampla Concorrência
8ª Vaga	Negro
9ª Vaga	Ampla Concorrência
10ª Vaga	Ampla Concorrência
11ª Vaga	Ampla Concorrência
12ª Vaga	Ampla Concorrência
13ª Vaga	Negro
14ª Vaga	Ampla Concorrência
15ª Vaga	Ampla Concorrência
16ª Vaga	Ampla Concorrência
17ª Vaga	Ampla Concorrência
18ª Vaga	Negro
19ª Vaga	Ampla Concorrência
20ª Vaga	Ampla Concorrência
21ª Vaga	PcD
22ª Vaga	Ampla Concorrência
23ª Vaga	Negro
24ª Vaga	Ampla Concorrência
25ª Vaga	Ampla Concorrência
26ª Vaga	Ampla Concorrência
27ª Vaga	Ampla Concorrência
28ª Vaga	Negro
29ª Vaga	Ampla Concorrência
30ª Vaga	Ampla Concorrência
31ª Vaga	Ampla Concorrência
32ª Vaga	Ampla Concorrência
33ª Vaga	Negro
34ª Vaga	Ampla Concorrência
35ª Vaga	Ampla Concorrência
36ª Vaga	Ampla Concorrência
37ª Vaga	Ampla Concorrência
38ª Vaga	Negro
39ª Vaga	Ampla Concorrência
40ª Vaga	Ampla Concorrência
41ª Vaga	PcD
42ª Vaga	Ampla Concorrência
43ª Vaga	Negro
44ª Vaga	Ampla Concorrência
45ª Vaga	Ampla Concorrência

**EDITAL Nº 04/2024–PROGRAD**

**ANEXO V**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA NATUREZA – CCBN**

**ÁREA 01 - ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Relações epistêmicas e aspectos históricos do ensino de Ciências no Brasil;
2. A formação de professores de Ciências e Biologia no Brasil;
3. A Base Nacional Comum Curricular no ensino de Ciências para os anos finais do ensino fundamental e Ciências da Natureza no ensino médio;
4. Planejamento e Avaliação e o Ensino de Ciências e Biologia;
5. Recursos didáticos e Tecnologias Educacionais no Ensino de Ciências e Biologia;
6. Modalidades didáticas e metodologias para o ensino de Ciências e Biologia na formação de professores;
7. Metodologias ativas a aprendizagem centrada no aluno para o Ensino de Ciências e Biologia;
8. Experimentação e o Ensino de Ciências e Biologia;
9. Extensão Universitária e possibilidades para o Ensino de Ciências e Biologia;
10. Estágio Curricular Supervisionado em Ensino de Ciências e Biologia.

**BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/SEB, 2018.
- GIL, A.C. Metodologia do Ensino Superior. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- CARVALHO, A.M.P. de; GIL-PÉREZ, D. Formação de professores de ciências: tendências e inovações. 10ª Ed. Cortez: São Paulo, 2017.
- PIMENTA, S.G.; LIMA, M.S.L. Estágio e docência. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- BACICH, L; MORAN, J. (orgs). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.
- CALDERÓN, A.I.; SANTOS, S.R.M. dos; SARMENTO, D.F. (orgs). Extensão universitária: uma questão em aberto. São Paulo: Xamã, 2011.
- DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J.A.; PERNAMBUCO, M.M. Ensino de Ciências: Fundamentos e Métodos. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GÜLLICH, R.I. da C; HERMEL, E. do E.S. (orgs). Ensino de Biologia: construindo caminhos

formativos. Curitiba: Prismas, 2013.

KRASILCHIK, M. Prática de Ensino de Biologia. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2016.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

CARVALHO, A.M.P. (org). Ensino de Ciências: unindo a pesquisa e a prática (org).São Paulo: Cengage, 2018.

CARVALHO, A.M.P. (org). Ensino de Ciências por investigação: condições para implementação em Sala de Aula. São Paulo: Cengage, 2018

## **ÁREA 02 – GEOFÍSICA**

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Geologia Estrutural;
2. Geologia Sedimentar;
3. Estratigrafia;
4. Métodos Gravimétrico e Magnetométrico;
5. Métodos Eletromagnéticos;
6. Sismologia;
7. Métodos Sísmicos de Reflexão e Refração;
8. Perfilagem Geofísica de Poços;
9. Propriedades Físicas de Rochas;
10. Geofísica de Reservatórios.

### **BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

- AKI, K., RICHARDS, P. G., Quantitative Seismology, 2nd edition, University Science Books, 2002.
- GROTZINGER, J. JORDAN, T. H. Para Entender a Terra. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- KEAREY, P. Geofísica de Exploração. Oficina do texto, São Paulo, 2009.
- LIMA, O. A. L. Propriedades físicas das rochas. Rio de Janeiro: SBGf, 2014.
- NERY, G. G. Perfilagem Geofísica em Poço Aberto. Rio de Janeiro: SBGf. 2013.
- PARASNIS, D. S. Principles of applied geophysics. Springer Science & Business Media, 2012.
- POMEROL, C. et al. Princípios de Geologia. Grupo A, 2013.
- ROCHA L.; AZEVEDO, C. Projetos de Poços de Petróleo. Editora Interciência. 2004. ROSA, A. J. CARVALHO, R. S. e XAVIER, J. A. D. Engenharia de Reservatórios de Petróleo. Interciência, 2006.
- ROSA, A. L. R. Análise do Sinal Sísmico, 2ª edição, Rio de Janeiro: SBGf. 2018.
- SCHÖN, J. Physical properties of rocks: A workbook. Elsevier, 2011.
- SUGUIO, K. Geologia sedimentar. São Paulo: Edgard Blucher, 2009.

TELFORD, W. M. et al. Applied geophysics. Cambridge university press, 1990.

THOMAS, J. E. Fundamentos de Engenharia de Petróleo. Rio de Janeiro: Interciência, 2004

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DESPORTO – CCSD**

**ÁREA 03 – CIRURGIA GERAL**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Doença do refluxo gastroesofágico;
2. Câncer gástrico;
3. Obstrução Intestinal;
4. Colelitíase e coledocolitíase;
5. Cirurgia da obesidade mórbida;
6. Atendimento ao politraumatizado;
7. Hemorragia digestiva alta;
8. Tumores benignos do fígado;
9. Pancreatite aguda;
10. Hérnias da parede abdominal;

**BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

Freire, Evandro. TRAUMA: A DOENÇA DOS SÉCULOS. 1.ed. Rio de Janeiro: Ed. Atheneu, 2001;  
Townsend, Courtney - Sabiston - Beauchamp, Daniel - Evers, Marx - Mattox, Kenneth- TRATADO DE CIRURGIA. 20.ed., Guanabara-Koogan, 2019;  
Jarnagin, William R.. Blumgart's Surgery of the Liver, Pancreas and Biliary Tract. 5ª Ed., Saunders; 2012;  
ATLS Advanced Trauma Life Support 10th Edition Student Course Manual – ACS.

**ÁREA 04 – CLÍNICA MÉDICA**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Síndrome Coronária Aguda sem Supra de ST;
2. Insuficiência Cardíaca;
3. Cirrose e suas complicações;
4. Diabetes Mellitus;
5. Principais anemias para o clínico;
6. Acidente vascular cerebral isquêmico;
7. Doença pulmonar obstrutiva crônica;
8. Insuficiência renal Crônica;
9. Sepsis;
10. Hipotireoidismo

### **BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

Alsliello; Goldman. Cecil Tratado de Medicina Interna - 25ª Edição. Editora: Elsevier. Consensos /diretrizes atuais referentes aos temas das aulas. Disponibilizados pelas diversas Sociedades Brasileiras de especialidades.

### **ÁREA 05 – CONHECIMENTOS DAS DIMENSÕES E IMPLICAÇÕES BIOLÓGICAS, PSICOLÓGICAS E SOCIOCULTURAIS DA RELAÇÃO HOMEM/SOCIEDADE, MOTRICIDADE HUMANA/MOVIMENTO HUMANO/CULTURA DO MOVIMENTO CORPORAL/ATIVIDADE FÍSICA**

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Ritmo e seus elementos estruturantes;
2. Estudo do movimento;
3. Dança na BNCC;
4. Contextualização histórica das ginásticas e suas generalidades;
5. Ginástica para todos (GPT);
6. A prática pedagógica da ginástica escolar, da dança, dos jogos e brincadeiras;
7. Corpo e movimento: dimensões conceituais, movimento como linguagem e movimento como cultura.
8. Jogo, brinquedo e brincadeira: definições, conceitos e classificações;
9. Jogos e brincadeiras nas diferentes culturas brasileiras (afro, indígena);
10. O processo avaliativo nas atividades rítmicas, danças, ginásticas, jogos e brincadeiras nas aulas de educação física.

### **BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

ACRE. Secretaria de Estado de Educação e Esporte. Orientações Curriculares da Secretaria de Estado de Educação e Esporte do Estado do Acre: Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio. Disponível em: <https://www.educ.see.ac.gov.br/pagina/referenciais-curriculares-da-see-barra-ac>.

ARTAXO, I. Ritmo e Movimento: teoria e prática. 5ª ed. São Paulo: Phorte, 2022.

BORTOLETO, M. A. C.; PAOLIELLO, E. Ginástica para Todos: um encontro com a coletividade. São Paulo: Unicamp, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf).

**Federação Internacional de Ginástica.** Código de Pontos 2022-2024. Ginástica Rítmica. Disponível em: [www.gymnastics.sport/site/rules/#5](http://www.gymnastics.sport/site/rules/#5).

- GAIO, R. **Ginástica Rítmica: da iniciação ao alto nível**. 2ª ed. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2013.
- GRANDO, B. S. (org). **Corpo, educação e cultura: tradições e saberes da cultura mato-grossense**. Cáceres, MT: Editora Unemat, 2007.
- GRIFI, G. **História da Educação Física e do Esporte**. Porto Alegre: D.C Luzzato, 1989.
- LABAN, R. **Domínio do Movimento**. São Paulo: Summus, 1978.
- MARIN, E.C.; STEIN, F. **Jogos Autóctones e Tradicionais de povos da América Latina**. 1ª ed. Curitiba, PR: CRV, 2015.
- MENEGALDO, F. R.; BORTOLETO, M. A. C. Ginástica para todos: o que a Praxiologia Motriz diz sobre isso? **Conexões**, Campinas, SP, v. 18, p. e020014, 2020. DOI: 10.20396/conex.v18i0.8659110. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8659110> . Acesso em: 4 abr. 2023.
- NEIRA, M.G.; GRAMORELLI, L. C. Embates em torno do conceito de cultura corporal: gênese e transformações. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 20, n. 2, abr./jun. 2017.
- PINTO, L. M. S. de M.; GRANDO, B. S. **Brinca, Jogar, Viver: IX Jogos dos Povos Indígenas (Orgs.)**. Cuiabá: Central de Texto, 2010. TADRA, D et. al. **Metodologia do ensino de artes: linguagem da dança**. Curitiba: Ibplex, 2009.
- VENÂNCIO, S; FREIRE, J. B. (orgs). **O jogo dentro e fora da escola**. Campinas, SP: Autores Associados, apoio: Faculdade de Educação Física da Unicamp, 2005. (Coleção Educação Física e Esportes.
- VERDERI, Érica. **Dança na escola: uma proposta pedagógica**. São Paulo: Phorte, 2009. VIAL, J. **Jogo e educação: as ludotecas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- TATIT, D. R. **Corpo e movimento**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.

## **ÁREA 06 – EXERCÍCIO E SAÚDE**

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Fundamentos de cinesiologia: osteocinemática, artocinemática, planos e eixos de movimentos, classificações das articulações, morfologia muscular, arquitetura muscular e tipos de movimento;
2. Cinesiologia de membros superiores;
3. Cinesiologia de membros inferiores;
4. Cinesiologia do tronco, coluna vertebral, postura e marcha;
5. Avaliação postural e alterações posturais;
6. Análise cinesiológica e biomecânica dos exercícios de força em academias: peitorais; costas; ombros; braços e quadril;
7. Prescrição do treino de força em academias: seleção e ordem dos exercícios; tipos de ação muscular;

velocidade de execução do movimento; volume; frequência semanal; intervalo entre as séries e métodos metabólicos e tensionais;

8. Fisiopatologia das doenças cardiovasculares, respiratórias, diabetes e obesidade;

9. O exercício físico na promoção da saúde: fundamentos teóricos, prescrição e benefícios dos exercícios cardiorrespiratórios e neuromusculares na prevenção e tratamento das doenças cardiovasculares, respiratórias, diabetes e obesidade;

10. Fisiologia do Envelhecimento: prescrição e benefícios dos exercícios físicos no processo de envelhecimento.

### **BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

ABESO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA. Diretrizes brasileiras de obesidade: 2016. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://abeso.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Diretrizes>.

BARROSO, W. K. S. et al. Diretrizes brasileiras de hipertensão arterial–2020. Arquivos brasileiros de cardiologia, v. 116, p. 516- 658, 2021. Disponível em: <http://departamentos.cardiol.br/sbc>.

BRODY, L.T. Exercício terapêutico: na busca da função. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

Comitê Coordenador da Diretriz de Insuficiência Cardíaca. Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica e Aguda. Arq Bras Cardiol. 2018; 111(3):436-539. Disponível em: <http://publicacoes.cardiol.br/portal/abc/portugues/2018/v11103/pdf/11103021.pdf>

DELAVIER, F. Guia dos Movimentos de Musculação: abordagem anatômica, exercícios físicos resistidos, 5º Ed. São Paulo: Manole, 2012.

FARINATI, P. T. V. Envelhecimento, promoção da saúde e exercício: bases teóricas e metodológicas. Barueri, SP: Manole, 2008.

FLECK, S J.; KRAEMER, W. J. Fundamentos do Treinamento de Força Muscular. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FLOYD, R. T. Manual de cinesiologia estrutural. 19a ed. Editora Manole, 2016.

GENTIL, P. Bases Científicas do Treinamento de Hipertrofia, 5ª. edição. Rio de Janeiro: Copyright, 2014.

GUISELINI, M. Aptidão física saúde bem-estar: fundamentos teóricos e exercícios práticos. 2 ed. São Paulo: Phorte, 2006.

KISNER, C. COLBY, L.A. Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas. 6.ed. Barueri: Manole, 2016.

LIPPERT, L.S. Cinesiologia clínica e anatomia. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.



- MATOS, C. C.; SANTOS, A. P. M., JUNIOR, L. L. O. Musculação. Porto Alegre: SAGAH, 2020.
- MCARDLE, D. W., KATCH, L. F., KATCH, L. V. Fisiologia do Exercício. Nutrição, Energia e desempenho humano. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
- NEGRÃO, C. E.; BARRETO, A. C. P. Cardiologia do Exercício: do atleta ao cardiopata. São Paulo: Manole, 2010.
- NEUMANN, D. A. Cinesiologia do aparelho musculoesquelético: fundamentos para reabilitação. 3. ed. Rio de Janeiro: GEN - Grupo Editorial Nacional, 2022.
- NIEMAN, D. C. Exercício e saúde: teste de prescrição de exercício. Barueri, SP: Manole, 2011.
- OATIS, C.A. Cinesiologia: A mecânica e a patomecânica do movimento humano. 2.ed. Barueri: Editora Manole, 2014.
- POLITO, M. Prescrição de Exercícios para Saúde e Qualidade de Vida. São Paulo: Phorte, 2010.
- PRÉCOMA, D. B; OLIVEIRA, G.M.M; SIMÃO, A. F; DUTRA, O. P; COELHO, O.R; IZAR, M.C. et al. Atualização da Diretriz de Prevenção Cardiovascular da Sociedade Brasileira de Cardiologia – 2019. Arq Bras Cardiol. 2019; 113(4):787-891. Disponível em: <http://publicacoes.cardiol.br/portal/abc/portugues/2019/v11304/pdf/11304022.pdf>.
- PRESTES, J.; FOSCHINI, D.; MARCHETTI, P.; CHARO, M. A.; TIBANA, R. A. Prescrição e Periodização do Treinamento de Força em Academias. 2º Ed. São Paulo: Manole, 2015.
- SBD – SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretrizes sociedade brasileira de diabetes 2019-2020. São Paulo, Clannad, 2016. Disponível em: <https://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Diretrizes-Sociedade-Brasileira-de-Diabetes2019-2020.pdf>
- SIMÃO, R. Fisiologia e prescrição de exercícios para grupos especiais. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2014.
- SPIRDUSO, W. W. Dimensões físicas do envelhecimento. Barueri, SP: Manole, 2005.
- VAISBERG, M.; MELLO, M. T. (Coordenadores). Exercícios na saúde e na doença. Barueri, SP: Manole, 2010.

## **ÁREA 07 – INFECTOLOGIA**

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Tétano;
2. Leptospirose;
3. Tuberculose;
4. HIV/síndrome de imunodeficiência adquirida;
5. Dengue;
6. Hepatites virais;
7. Malária;

8. Leishmanioses;
9. Meningoencefalites;
10. Ofidismo.

### **BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

1. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 364 p. : il. ISBN 978-85-334-2696-2
2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis. Guia de tratamento da malária no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis – 2. ed. atual. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 84 p. : il. ISBN 978-65-5993-096-8
3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de vigilância da leishmaniose tegumentar [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 189 p.:il.
4. NOTA INFORMATIVA Nº 13/2020-CGZV/DEIDT/SVS/MS. Acesso: <https://www.gov.br/saude/ptbr/assuntos/saude-de-a-a-z/l/lt/arquivos/nota-informativa-no-13-2020-cgzv-deidt-svs-ms>
5. Brasil. Ministério da Saúde. Manual de diagnóstico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos. 2ª ed. - Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2001. 120.
6. VERONESI - SICILIANO/FOCCACIA. Tratado de Infectologia. 6ª Ed. São Paulo: Atheneu, 2021.
7. BRASIL. Guia de Vigilância em Saúde. Brasília, 2022.
8. BRASIL. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para prevenção da transmissão vertical de HIV, sífilis e hepatites virais. Brasília, 2022.
9. BRASIL. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para hepatite C e coinfeções. Brasília, 2019.
10. BRASIL. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para hepatite B e coinfeções. Brasília, 2017.
11. Ferraz et. Al. Brazilian Society of Hepatology and Brazilian Society of Infectious Diseases Guidelines for the Diagnosis and Treatment of Hepatitis B. The Brazilian Journal of Infectious Diseases. v.24, n.5, p.434-451, 2020.
12. BRASIL. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para manejo da infecção pelo HIV em adultos. Brasília, 2018.
13. BRASIL. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para profilaxia pré-exposição (PrEP) de risco à

infecção pelo HIV. Brasília, 2022.

14. BRASIL. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para profilaxia pós-exposição (PEP) de risco à infecção pelo HIV, IST e hepatites virais. Brasília, 2021.

15. Wen-Hung Wang et al. Febre hemorrágica da dengue – Uma revisão sistêmica da literatura sobre as perspectivas atuais sobre patogênese, prevenção e controle. *Jornal de Microbiologia, Imunologia e Infecção* Volume 53, edição 6, dezembro de 2020, páginas 963-978.

## **ÁREA 08 – MEDICINA DA FAMÍLIA E COMUNIDADE**

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Princípios da medicina de família e comunidade;
2. Consulta e abordagem centrada na pessoa;
3. Relação clínica na prática do médico de família e comunidade;
4. Medicina baseada em evidências aplicada à prática do médico de família e comunidade;
5. Abordagem familiar;
6. Abordagem comunitária: cuidado domiciliar;
7. Saúde da criança;
8. Saúde do homem;
9. Saúde da mulher;
10. Saúde do Idoso.

### **BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

DUNCAN, B.B.; SCMIDT, M.I.; GUIGLIANI, E.R.J.; DUNCAN, M.S.; GUIGLIANI, C M. *Medicina Ambulatorial: Conduas de Atenção Primária baseadas em evidências*. 4ª edição. Porto Alegre: Artmed. 2014.

GUSSO, G.; LOPES, J.M. *Tratado de Medicina de Família e Comunidade*. Porto Alegre: Artmed, 2018

**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS - CCET**

**ÁREA 09 – CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Aprendizagem de máquina;
2. Algoritmos e Estruturas de Dados;
3. Algoritmos de ordenação;
4. Funções e recursividade;
5. Ponteiros e alocação dinâmica de memória, vetores, matrizes e registros;
6. Árvores, Listas, Pilhas e fila;
7. Complexidade de algoritmos;
8. Desenvolvimento Multiplataforma;
9. Desenvolvimento para dispositivos móveis;
10. Padrões de Projeto para desenvolvimento para dispositivos móveis.

**BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

CORMEN, Thomas H. Algoritmos: teoria e prática. Campus, 2012.

ESCUDELARIO, Bruna; PINHO, Diego. React Native: Desenvolvimento de aplicativos mobile com React. Casa do Código, 2020.

LAROSE, Daniel T. Discovering Knowledge in Data: An Introduction to Data Mining. Wiley Publishing, 2014.

LECHETA, Ricardo R. Android Essencial com Kotlin. Novatec, 2018. NEIL, Theresa. Mobile Design Pattern Gallery: Ui Patterns for Mobile Applications. O'Reilly Media, 2014.

WITTEN, Ian H.; FRANK, Eibe; HALL, Mark A. Data Mining Practical Machine Learning Tools and Techniques. Morgan Kaufmann, 2016.

ZIVIANI, Nivio. Projeto de algoritmos com implementação em java e c++. Cengage Learning, 2006.

**ÁREA 10 – MATEMÁTICA**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. **Análise:** Sequências e Séries de Números Reais; Noções de Topologia da Reta; Limites de Funções; Funções Contínuas; Derivadas e Aplicações; Máximos e Mínimos; Esboços de Gráfico de Funções Reais; Teorema da Função Inversa e Implícita; Integral de Riemann e Aplicações.
2. **Análise Complexa:** Funções Analíticas, Equações de Cauchy-Riemann, Funções Harmônicas; Teorema de Cauchy-Goursat e Aplicações; Fórmula Integral de Cauchy e Aplicações; Séries de Potência: Séries de Taylor e Laurent; Resíduos e Pólos; Teorema dos Resíduos e Aplicações.

3. **Geometria Diferencial:** Curvas Parametrizadas Regulares; Teorema Fundamental da Teoria Local das Curvas; Superfícies Regulares; Funções Diferenciáveis sobre Superfícies; Primeira Forma Fundamental; A Aplicação Normal de Gauss; Geometria Intrínseca; Teorema Egregium de Gauss; Geodésicas; Teorema de Gauss-Bonnet.
4. **Equações Diferenciais Ordinárias:** Equações Diferenciais Lineares de 1ª e 2ª ordens; Soluções e Problemas de Valores Iniciais; Aplicações; Teorema de Existência e Unicidade.
5. **Álgebra Linear:** Matrizes, Determinantes e Sistemas Lineares; Espaços Vetoriais de Dimensões Finitas; Aplicações Lineares; Diagonalização de Operadores; O Teorema Espectral para Operadores Auto- Adjunto e Operadores Normais.
6. **Noções de Aritmética e Estruturas Algébricas:** Indução Finita; Divisibilidade e Algoritmo da Divisão; O Teorema Fundamental da Aritmética; Grupos e suas subestruturas; Teoremas de Sylow; Anéis e suas subestruturas; Anéis de Polinômios.

### **BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

#### **Análise**

- ÁVILA, G. Análise Matemática para Licenciatura. 1. ed. São Paulo: E. Blücher, 2002.
- ÁVILA, Geraldo. Cálculo I e II: Funções de uma Variável. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos. 1989.
- ÁVILA, Geraldo. Cálculo III. Funções de Várias Variáveis. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda. 1980.
- FIGUEIREDO, Djairo Guedes. Análise I. 2ª Ed. Editora LTC, 1996, 272 p. ISBN 8521610629.
- GUIDORIZZI, H.: Um Curso de Cálculo (volumes 01,02,03 e 04). LTC, 2001.
- LEITHOLD, L.: O Cálculo com Geometria Analítica (01 e 02 volumes). Harbra, 1994. LIMA, E. L., "Análise Real, vol. I e II", Coleção Matemática Universitária (SBM), 2016.
- LIMA, E. L., "Curso de Análise, vol. I", Projeto Euclides (IMPA), 2019.
- LIMA, E. L., "Curso de Análise, vol. II", Projeto Euclides (IMPA), 2020.
- RUDIN, W. Princípios de Análise Matemática. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1971.
- SWOKOWSKI, Earl W. Cálculo com Geometria Analítica. V. 01 e 02; Makron do Brasil Editora. 1995. São Paulo.

#### **Análise Complexa**

- ÁVILA, Geraldo.S.S.. Variáveis complexas e aplicações. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos S.A e Editora., 1990.
- CHURCHILL, Ruel.V.. Variáveis complexas e suas aplicações. São Paulo: Ed McGraw-Hill do Brasil Ltda, 1975.

FERNANDEZ, Cecília S. & BERNARDES JÚNIOR, Nilson C.. Introdução às funções de uma variável complexa. Rio de Janeiro: SBM, 2019.

SOARES, Marcio G.. Cálculo em uma variável complexa. Rio de Janeiro: IMPA, 2006.

### **Equações Diferenciais Ordinárias**

BOYCE, W.E. & DIPRIMA, R.C.. Equações diferenciais elementares e problemas de valores de contorno. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

BRAUN, M.. Equações diferenciais e suas aplicações. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

FIGUEIREDO, Djairo Guedes; NEVES, Aloisio Freiria. Equações Diferenciais Aplicadas. 3ª Ed. Coleção Matemática Universitária - IMPA, 2018.

SOTOMAYOR, J.. Lições de equações diferenciais ordinárias. Rio de Janeiro: IMPA, 1979.

ZILL DENNIS G & CULLEN MICHAEL R.. Equações diferenciais. São Paulo, Makron, 2001. 2v.

### **Álgebra Linear**

BOLDRINI, J. L.; Costa, S.I.R.; Ribeiro, V. L., Wetzler, H.G., Álgebra Linear. Harper-Row, São Paulo, 1980.

CALLIOLI, C.A; Domingues, H.H. e Costa, R.C.F., Álgebra Linear e Aplicações. 4ª edição, São Paulo, Atual, 1983.

GONÇALVES, Adilson de Sousa e Rita M. L.. Introdução À Álgebra Linear. Ed. Edgard Blücher Ltda. HOFFMAN K. e R. KUNZE. Álgebra Linear. Livros Técnicos e Científicos, 1970.

KOLMAN, Bernard. Introdução à álgebra linear com aplicações. 6ª ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil.

LIMA, Elon L.: Álgebra Linear, Coleção Matemática Universitária, IMPA, Rio de Janeiro, RJ, 1996.

LIPSCHUTZ, Seymour. Álgebra Linear. Makron Books do Brasil Editora Ltda; Editora McGraw-Hill Ltda - (Coleção Schaum). São Paulo, 1994.

STEINBRUCH, A. Winterle, P.. Álgebra Linear. Makron Books.

### **Noções de Aritmética e Estruturas Algébricas**

ALENCAR Filho, Edgard de. Teoria Elementar dos Números. Nobel, São Paulo, 1987.

DOMINGUEZ, H. e IEZZE, G.. Álgebra Moderna. 4. ed. São Paulo: Atual, 2004.

GARCIA, Arnaldo e LEQUAIN, Yves. Elementos de Álgebra. Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - Projeto Euclides, Rio de Janeiro, 2002.

GONÇALVES, A.. Introdução a Álgebra. Projeto Euclides, 4ª. Edição, IMPA, Rio de Janeiro, 1999.

HEFEZ, Abramo. Curso de Álgebra, Coleção Matemática Universitária, Volume 01, 2 ed., RJ, IMPA, CNPq, 1993.

MONTEIRO, L. H. JACY MONTEIRO. Elementos de Álgebra. 2ª ed. Livros Técnicos e Científicos

Editora S.A.: Rio de Janeiro, 1978.

SANTOS, José Plínio de Oliveira. Introdução à Teoria dos Números. Rio de Janeiro: IMPA, 2007.

**CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E ARTES - CELA**

**ÁREA 11 – EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. História, Contexto e Pressupostos da Educação Especial/Inclusiva no Mundo, no Brasil e no Acre;
2. Formação de Professores como estratégia para a construção de uma escola inclusiva;
3. Educação anticapacitista: um desafio no contexto escolar;
4. Processos inclusivos para atuar com a neurodiversidade;
5. Tecnologia Assistiva e Atendimento Educacional Especializado;
6. Atendimento Educacional Hospitalar;
7. A função da escola na perspectiva da Educação Inclusiva;
8. Educação Especial, Educação Inclusiva e Pedagogia da Diversidade;
9. Ensino colaborativo: como funciona e benefícios para os alunos público-alvo da Educação Especial;
10. Formação e serviços do professor no âmbito da Educação Especial.

**BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

ALENCAR, H. F. A; BARBOSA, H.F.; GOMES, R. V. B. **Neurodiversidade**: aspectos históricos, conceituais e impactos na Educação Escolar. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2021/ebook2/TRABALHO\\_EV150\\_MD7\\_SA100\\_ID4942\\_14102021072507.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2021/ebook2/TRABALHO_EV150_MD7_SA100_ID4942_14102021072507.pdf). Acesso em: 29 ago 2023.

ALMEIDA, Flávio Aparecido de. **Autismo, avanços e desafios**. Editora Científica Digital. Guarujá, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/livros/livro-autismo-avancos-e-desafios-vol2> . Acesso: 30 ago 2023.

BRASIL. **Saberes e Práticas da Inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília: SEESP/MEC, 2005. BRASIL. Ministério da Educação/ SEF/SEE. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/lei9394\\_ldbn1.txt](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/lei9394_ldbn1.txt) . Acesso em: 29 ago 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de fevereiro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/res2.txt>> Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei Nº 13.146, de 6 de Julho De 2015**. Brasília: 2015. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho2015-781174-norma-actualizada-pl.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2023.



BRASIL. Resolução n.º 41 de 13 de outubro 1995. Direitos da criança e do adolescente hospitalizados.

Brasília: Imprensa Oficial, 1995. Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/1995/resolucao-41-15-setembro-1995>. Acesso em 29/08/2023

BUENO, José Geraldo Silveira. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Disponível em: <http://www.educaoonline.pro.br>. Acesso em: 29 ago. 2023.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva.** Porto Alegre: Mediação, 2000.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: Com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2006. CARVALHO, Rosita Edler. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2008.

FONTES, RS (2009). **Ensino colaborativo: uma proposta de educação inclusiva.** Araraquara/SP: Junqueira&Marin. 2009. Disponível em:  
[https://books.google.com.br/books?id=gbN2DwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=ptPT&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=gbN2DwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=ptPT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 29 ago. 2023.

FREITAS, S. N. (2015). Editorial – **Revista Educação Especial.** Revista Educação Especial, 28(52), 263–268. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X17974>. Acesso em: 29 ago. 2023.

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Autores Associados, 2004. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/cp/a/kVvdYMWXxbLnbTsSP7mqSHt/>. Acesso em: 29 ago 2023.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e Igualdade Social.** São Paulo: Avercamp, 2006.

LIMA. I. R. S. L. Políticas de educação escolar em ambientes hospitalares: em defesa da escola no hospital. Revista Educação e Políticas em Debate –v. 4, n.1–jan./jul. 2015- ISSN 2238-8346 Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/31309/17043>. Acesso em 20 out 2021.

MENDES, S. R. **A Formação Continuada de Professores e o Desafio de Romper com os Modelos Padronizados.** 25º Reunião da ANPED, 2002. GT 8. Disponível em: [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br). Acesso em: 05 fev 2018.

ROSA. Mariana. LUIZ, Karla Garcia BOCK, Geisa Letícia Kempfer (organizadora). **Como educar crianças anticapacitistas.** [Livro eletrônico] Ilustração: Paloma Santos. 1. Ed. Florianópolis, SC: Ed. das Autoras, 2023. Disponível em:  
[https://www.udesc.br/arquivos/cead/id\\_cpmenu/4647/livreto\\_v8\\_16915865291588\\_4647\\_16915885513\\_02\\_4647.pdf](https://www.udesc.br/arquivos/cead/id_cpmenu/4647/livreto_v8_16915865291588_4647_16915885513_02_4647.pdf). Acesso em: 29 ago 2023.

## **ÁREA 12 – FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO**

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. O ideal filosófico-cultural da educação grega e sua influência no pensamento pedagógico ocidental.
2. A narrativa de formação do Emílio, de Rousseau, e seus desdobramentos nas concepções de infância, formação, educação e na formulação de pressupostos pedagógicos.
3. A contribuição do pensamento de Paulo Freire para as análises sobre educação e sua relevância para o pensamento pedagógico brasileiro.
4. A Sociologia da Educação na perspectiva de Émile Durkheim: questões de teoria e de método sociológico.
5. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: contribuições à análise da educação e compreensão crítica das funções da escola.
6. As contribuições do pensamento marxiano na formulação de uma análise crítica da sociedade e dos processos formativos assentados na formação capitalista.
7. O surgimento do movimento da Nova Sociologia da Educação: bases e fundamentos para uma teorização crítica no campo do currículo.
8. A forma escolar no contexto da Modernidade e as novas configurações educacionais no Brasil republicano (1889-1930).
9. O movimento pela Escola Nova e a sua propagação no Brasil.
10. As teorias pedagógicas críticas e suas manifestações no projeto de formação de um sujeito crítico e emancipado política e culturalmente.

### **BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

- BOTO, Carlota. **Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola.** São Paulo: Unesp, 2017.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do Sistema de Ensino.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.
- CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice (Orgs.). **Pierre Bourdieu: escritos de educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** Trad. Paulo Neve. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia.** 8ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1972.
- FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FORQUIN, Jean Claude (org.). **Sociologia da Educação: dez anos de pesquisa.** Trad. Guilherme

---

Freitas. Petrópolis: Vozes, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 14ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1983.

GIROUX, Henry. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

JAEGER, Werner Wilhelm. **Paideia**: a formação do homem grego. Trad. Artur M. Parreira. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. Trad. Ramon Vasques; Sônia Goldfeder. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. **Introdução ao estudo da Escola Nova**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do partido comunista**. Trad. Alvaro Pina. 4ª reimp. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, Karl. **A Ideologia alemã**. Trad. Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1993.

NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo: Edusp, 2009.

NÓVOA, Antônio (coord.) **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Dom Quixote, 1999.

PETITAT, André. Produção da Escola-Produção da Sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SACRISTÁN, José Gimeno. **A educação obrigatória**: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 9ª ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: quadragésimo ano, novas aproximações. Campinas: Autores Associados, 2019.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Unesp, 1998.

TEIXEIRA, Anísio. **Pequena Introdução à Filosofia da Educação**: escola progressiva ou a transformação da escola. 6ª Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

---

VALDEMARIN, Vera Teresa. **História dos métodos e materiais de ensino:** a escola nova e seus modos de usos. São Paulo: Cortez, 2010.

VIANA, Maria José Braga. **Longevidade escolar em famílias populares:** algumas condições de possibilidades. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

YOUNG, Micahel. Para que servem as escolas? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, 2007.

YOUNG, Michael. **O currículo do futuro:** da “nova sociologia da educação” a uma teoria crítica do aprendizado. Trad. Roberto Ferreira. Campinas: Papirus, 2000.

**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH**

**ÁREA 13 – PROCESSOS CLÍNICOS E AVALIATIVOS**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

Processos clínicos e avaliativos em psicologia, com foco ciclo de vida, especialmente sobre os estágios da infância, adolescência e à pessoa idosa, por meio da discussão de teorias de teorias do desenvolvimento humano que fornecem a base para a avaliação psicológica em diferentes estágios da vida e, em especial, voltados á criança, adolescente e a pessoa idosa: explorar as técnicas e instrumentos de avaliação psicológica mais relevantes para cada faixa etária; análise dos desafios éticos e culturais envolvidos na avaliação psicológica ao longo do ciclo de vida; compreensão da importância da avaliação psicológica na promoção do bem-estar e na identificação de necessidades de intervenção em diferentes estágios da vida; apresentação de casos práticos e estudos de pesquisa relacionados à aos processos clínicos e avaliativos em diversos contextos e situações sociais; técnicas e instrumentos de avaliação usados com crianças, incluindo avaliação do desenvolvimento, do comportamento e da aprendizagem; avaliação Psicológica na Adolescência; Avaliação de questões específicas da adolescência, como identidade, tomada de decisão e saúde mental. Abordagens sensíveis ao desenvolvimento; avaliação Psicológica na Idade Adulta: Avaliação das necessidades e desafios psicológicos em adultos, incluindo estresse, relacionamentos e carreira; Avaliação Psicológica na Terceira Idade: Avaliação de questões relacionadas ao envelhecimento, como cognição, saúde mental, solidão e adaptação às mudanças; Tendências Emergentes e discussão sobre novas tendências na avaliação psicológica, como avaliação online, uso de tecnologia e avaliação em situações de crise envolvendo crianças, adolescentes e pessoas idosas; Processos Avaliativos em Psicologia ao Longo do Ciclo de Vida; compreensão aprofundada dos processos avaliativos em psicologia, com foco na avaliação psicológica em diferentes estágios do ciclo de vida, preparando-os para aplicar práticas de avaliação éticas, culturalmente sensíveis e baseadas em evidências; Teorias do desenvolvimento humano ao longo do ciclo de vida e considerações éticas na avaliação de crianças, adolescentes, adultos e idosos; processos avaliativos quanto ao comportamento e emoções na infância; situações de violência contra criança, adolescente e pessoa idosa.

**BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

- Berger, K. S. (2016). Psicologia do Desenvolvimento. Artmed;
- Cavalcanti, D. L. A. G., & Neri, A. L. (2009). Psicologia do Envelhecimento. Atheneu;
- Contini, M. L. T. M., & Koller, S. H. (2009). Avaliação Psicológica: Guia de Conceitos, Técnicas e Instrumentos. Artmed;
- Delgado, P. G. G., & Azevedo, M. A. (2006). Violência Contra Crianças e Adolescentes: Teoria,

---

Pesquisa e Prática. PUC-Rio.

Faleiros, V. P. (2013). *Violência Intrafamiliar e Agressão Na Infância: Desafios no Campo da Saúde*. Editora Fiocruz.

Minayo, M. C. S., Souza, E. R., & Silva, C. H. B. (1994). *Violência na Infância: A Crueldade de Gênero*. Hucitec.

Papalia, D. E., Feldman, R. D., & Martorell, G. (2017). *Desenvolvimento Humano*. Artmed.

Perrenoud, P., & Alvarez, M. C. R. (2012). *Avaliação Psicológica na Infância*. Vozes.

Primi, R., Almeida, L. S., & Muniz, M. (2010). *Avaliação Psicológica: Reflexões, Desafios e Propostas*. Casa do Psicólogo.

Rosa, T. E. (2007). *Violência na Terceira Idade: Aspectos Sociais, Psicológicos e Biológicos*. Livraria Médica Paulista.

Santrock, J. W. (2018). *Adolescência*. Artmed.

**CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS – CEL**

**ÁREA 14 – LÍNGUA INGLESA E RESPECTIVAS LITERATURA**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Assessment in Teaching and Learning Languages: Critical Issues;
2. Decoloniality in Language Materials Development;
3. Experiences in English Language Teacher Education;
4. Teaching English language with digital technologies;
5. Teacher's practice and the learner's needs in the teaching of English as an additional language into the public school.
6. The English language teaching with emphasis on the four communication skills (listening/speaking/reading/writing);
7. Genre based approach in the process of teaching and learning English language;
8. Elements of poetry in British Literature;
9. The role of drama in British Literature;
10. Contemporary style in the poetry of North American Literature.

**BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

1. BAYM, N. The North anthology of American poetry. American literature: 1865-1914. 6th ed., vol. C. Norton&Company, New York, 2003.
2. BLOOM, Harold. Shakespeare: A invenção do humano. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda, 1998.
3. BROWN, Douglas H. Principles of Language Learning and Teaching. 5 ed. New York: Longman, ([2002]2007).
4. BROWN, H. D.; ABEYWICKRAMA, P. Language Assessment: Principles and classroom practices. New York: Pearson Education Longman, 2010.
5. BURGESS, Anthony. English Literature. London: Longman, 1993.
6. CAETANO, É. A. (Org.). Pós-memória e decolonialidade no ensino de línguas no Brasil: as origens do status quo. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.
7. CARLESS, D. Learning-oriented assessment: conceptual bases and practical implications. Innovations in Education and Teaching International. Hong Kong, v. 44, n. 1, p. 57-66, 2007.
8. FREITAS, L. F. R.; MARTINS, E. E. B.; F; SENA, J. Despensar a colonialidade: desarticulações narrativas para ensaiar a crítica decolonial. Revista Linguagem e Ensino, Pelotas, v. 25, n. 02, Mai-Ago, p. 4-18, 2022.
9. FULCHER, G. Assessment literacy for the language classroom. Language Assessment Quarterly, v. 9, n. 2, p. 113-132, 2012.
10. GIRALDO, F.; MURCIA, D. Language Assessment Literacy and the Professional Development of Pre-Service Language Teachers. Colombian Applied Linguistics Journal, v. 21, n. 2, p. 243-259. 2019.

11. HAMP-LYONS, L. Language assessment literacy for language learning-oriented assessment. *Papers in Language Testing and Assessment*, v. 6, n. 1, p. 88-111, 2017.
12. HARMER, Jeremy. *The Practice of English Language Teaching*. Harlow: Longman. 2006.
13. HIGH, Peter B. *An Outline of American Literature*. Longman, 1995.
14. LUU., T. T. Teaching writing through genre-based approach. *BELT- Brazilian English Language Teaching Journal*, 2(1). 2011. Retrieved from <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/belt/article/view/9361>
16. MATOS, D. V. E. S; SOUSA, C. M. C. L. L. (Orgs.). *Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.
17. MIGNOLO, W. Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.
18. MIQUELANTE, M. A. et al. As modalidades da avaliação e as etapas da sequência didática: articulações possíveis. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, [S.l.], v. 56, n. 1, p. 259-299. 2017.
19. NUNAN, D. *Teaching English to Speakers of Other Languages – An Introduction*. New York, USA: Routledge – Taylor and Francis Group, 2015.
20. NUNAN, David. *Second Language Teaching & Learning*. New York: Heinle and Heinle, 1999.
21. RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
22. RAMOS, R. de C. G. 2004. Gêneros textuais: uma proposta de aplicação em cursos de inglês para fins específicos. *The ESPecialist*, v. 25, n. 2, p. 107-129.
23. RICHARDS, Jack C. RENANDYA Willy A. (Orgs) *Methodology in Language Teacher. An Anthology of Current Practice*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, ([2002]2010). RICHARDS, Jack C.; RODGERS, Theodore S. *Approaches and Methods in Language Teaching: A description and analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, ([1986]2010).
24. SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução e organização de Roxane Rojo; Gláís Sales Cordeiro. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.
25. SIQUEIRA, S. Critical Pedagogy and Language Education: Hearing the Voices of Brazilian Teachers of English. *Education Sciences*, v. 11, p. 235-252, 2021.
26. STAA, B. V.; DAMIANOVIC, M. C.; BATISTA, M. E. 2005. Inglês oral para professores de inglês da rede pública: uma experiência em abordagem instrumental. *The ESPecialist*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 1-21.
27. URZÊDA-FREITAS, M. T. de. *Educando para transgredir: reflexões sobre o ensino crítico de línguas estrangeiras/inglês*. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 51, n. 1, 2012.



**CENTRO MULTIDISCIPLINAR – CMULTI**

**ÁREA 15 – ENFERMAGEM CLÍNICA E CIRÚRGICA**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Enfermagem no cuidado ao adulto e idoso nas disfunções clínicas do sistema urinário e renal.
2. Enfermagem no cuidado ao adulto e idoso nas disfunções clínicas do sistema cardiovascular e circulatório.
3. Cuidados de enfermagem nos distúrbios neurológicos em Unidade de Terapia Intensiva.
4. Cuidados de enfermagem nos distúrbios respiratórios em Unidade de Terapia Intensiva.
5. Cuidados de enfermagem nos distúrbios endócrinos em Unidade de Terapia Intensiva.
6. Enfermagem no cuidado a criança hospitalizada com disfunções respiratórias.
7. Enfermagem no cuidado a criança hospitalizada com disfunções gastrointestinais.
8. Enfermagem em centro cirúrgico e sala de recuperação pós-anestésica.
9. Enfermagem nas urgências e emergências cirúrgicas.
10. Educação Permanente em Saúde.

**BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

ARAÚJO, J. S; OLIVEIRA JÚNIOR, S. A; LEMOS, T. E. V. Manual prático para urgências e emergências clínicas. 1. ed. Salvador: Sanar, 2016.

BRASIL. Portaria GM/MS nº 198, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 32, 16 fev. 2004. Seção 1.

\_\_\_\_\_. Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 162, 22 ago. 2007. Seção 1.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. P. 64 (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 9).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Manual de apoio aos gestores do SUS para a implementação do COAPES. Brasília: Ministério da Saúde, 2015a.

\_\_\_\_\_. Portaria Interministerial nº 1.127, de 4 de agosto de 2015. Institui as diretrizes para a celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), para o

fortalecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, p. 193-196, 2015b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? Brasília: Ministério da Saúde, 2018a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Manual técnico 2018: Programa para o fortalecimento das práticas de educação permanente em saúde no SUS PRO EPS-SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2018b.

HINKLE, J. L; CHEEVER, K. H; Brunner e Suddarth: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

HOCKENBERRY, M. J; WILSON, D; RODGERS, C. C. Wong fundamentos de enfermagem pediátrica. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

IRWIN, R. S; LILLY, G. M; RIPPE, J. M. Manual de Terapia Intensiva. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan 2015.

JESUS, J. M; RODRIGUES, W. Trajectory of the National Policy of Permanent Education in Health in Brazil. Trab. Educ. Saúde, v. 20, 2022. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs1312>

PADILHA, K.G; VATTIMO, M. F. F; SILVA, S. C; KIMURA, M. WATANABE, M. (Organizadores). Enfermagem em UTI: cuidando do Paciente Crítico. 2. ed. Barueri: Manole, 2016. – Série Enfermagem.

PIRES, M. T. B; STARLING, S. V. Erazo manual de urgência em pronto-socorro. 11 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

SOBECC - Associação Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização. Diretrizes de práticas em enfermagem cirúrgica e processamento de produtos para a saúde – SOBECC. 7. ed. rev e atual. Barueri, SP: Manole, SOBECC, 2017.

## **ÁREA 16 – FUNDAMENTOS PARA O PROCESSO DO TRABALHO NA ENFERMAGEM**

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Anamnese e exame físico do paciente adulto e idoso.
2. Assistência de enfermagem ao paciente com distúrbios hemodinâmicos.
3. Assistência de enfermagem ao paciente com distúrbios hepáticos.
4. Assistência de enfermagem ao paciente com distúrbios neurológicos.
5. Assistência de Enfermagem na administração de medicamentos.
6. Assistência de enfermagem no cuidado feridas e estomias.
7. Dimensionamento de pessoal de enfermagem.
8. O trabalho gerencial em enfermagem.

- 
9. Planejamento do processo decisório como instrumento do processo de trabalho gerencial.
10. Segurança do paciente e prevenção de eventos adversos.

### **BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

- Barros, A.L.B.L. (Org) Anamnese e exame físico. Avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Assistência Segura: Uma Reflexão Teórica Aplicada à Prática. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/manuais/cadernos-da-serie-seguranca-do-paciente-e-qualidade-em-servicos-desau-de-2017>
- Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Critérios Diagnósticos de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/manuais/cadernos-da-serie-seguranca-do-paciente-e-qualidade-em-servicos-desau-de-2017>
- Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/manuais/cadernos-da-serie-seguranca-do-paciente-e-qualidade-em-servicos-desau-de-2017>
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada em Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Guia de atenção à saúde da pessoa com estomia/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Especializada em Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_atencao\\_saude\\_pessoa\\_estomia.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atencao_saude_pessoa_estomia.pdf)
- Conselho Federal de Enfermagem. Manual prático de dimensionamento pessoal: Resolução n. 543/2017. Disponível em: [https://edimensionamento.cofen.gov.br/anexos/MANUAL\\_PRATICO.pdf;jsessionid=718A6371644052A9F0B4A68151814503?cid=475685](https://edimensionamento.cofen.gov.br/anexos/MANUAL_PRATICO.pdf;jsessionid=718A6371644052A9F0B4A68151814503?cid=475685)
- Kurcgant, P. (Coordenadora) Gerenciamento em Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- Padilha, K.G; Vattimo M.F.F.; Silva, S.C.; Kimura, M. Watanabe, M. (Org) Enfermagem em UTI: cuidando do paciente crítico. 2 ed. Barueri, SP: Manole, 2016.
- Potter, P. A.; Perry, A.G. Fundamentos de Enfermagem. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
- Smeltzer, S.C.; Bare, B.G. Brunner e Suddarth, Tratado de Enfermagem Médico- Cirúrgica. 13 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

## ANEXO VI

# PLANILHA DE AVALIAÇÃO DA PROVA DIDÁTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – UFAC

CONCURSO EDITAL Nº \_\_\_\_\_

CENTRO \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

ÁREA DE CONCURSO: \_\_\_\_\_

### I. Informações Gerais

1.1. Nome do(a) Candidato(a) \_\_\_\_\_

1.2. Tema Sorteado \_\_\_\_\_

1.3. Duração da Prova \_\_\_\_\_

Início:

Término:

Duração: \_\_\_\_\_ minutos.

1.4. Data da Prova \_\_\_\_\_

1.5. Nome do(a) Avaliador(a) \_\_\_\_\_

1.6. Plano de Aula – (Valor 0 a 10 pt) – 10%

ASPECTOS AVALIADOS	E	MB	B	R	I	P
Clareza nos objetivos da aula	2	1,6	1,4	1	0,6	0
Coerência entre o tema, objetivos e conteúdos	1	0,8	0,7	0,5	0,3	0
Coerência entre os objetivos e procedimentos de ensino	2	1,6	1,4	1	0,6	0
Recursos didáticos	1	0,8	0,7	0,5	0,3	0
Bibliografia atualizada	1	0,8	0,7	0,5	0,3	0
Procedimentos de avaliação	1	0,8	0,7	0,5	0,3	0
Coerência entre os componentes do plano de aula.	2	1,6	1,4	1	0,6	0

## II. Aula

ASPECTOS AVALIADOS	E	MB	B	R	I	P
Apresentação do tema, objetivos e conteúdos da aula	7	6	5	3	1	0
Coerência entre plano e desenvolvimento da aula no tempo proposto	7	6	5	3	1	0
Seqüência lógica e clara	8	7	6	4	2	0
Profundidade na abordagem dos conteúdos	8	7	6	4	2	0
Fundamentação teórico-metodológica	7	6	5	3	1	0
Destaca pontos polêmicos ou idéias divergentes sobre os conteúdos da aula	8	7	6	4	2	0
Uso de linguagem técnica	7	6	5	3	1	0
Formulação correta das análises, deduções e inferências	7	6	5	3	1	0
Síntese ou conclusão das idéias principais do tema da aula	8	7	6	4	2	0
Destaque dos aspectos fundamentais do assunto (coerência com os objetivos propostos)	8	7	6	4	2	0

### 2.2. Recursos Didáticos – (Valor 0 a 15 pt) – 15%

ASPECTOS AVALIADOS	E	MB	B	R	I	P
Utilização adequada do material didático em termos visuais e de Compreensão na sala de aula	5	4	3	2	1	0
Uso adequado dos recursos didáticos, tendo em vista o tema, objetivos e conteúdos da aula	5	4	3	2	1	0
Possibilita o acesso à informação de todos levando em conta as diferenças em sala de aula	5	4	3	2	1	0

SUB-TOTAIS	E	MB	B	R	I	P

$$\text{Nota Final da Prova} = \frac{\text{Total}}{10} = \underline{\hspace{2cm}}$$

### Considerações do avaliador sobre a prova didática:

#### Observações:

- I. O não cumprimento do tempo mínimo e máximo estabelecido na Resolução Nº 009/2013, implicará a eliminação automática do candidato.
- II. A prova didática e/ou prática deverá ser gravada em recurso audiovisual.
- III. E = Excelente, MB= Muito Bom, B= Bom, R=Regular, I = Insuficiente, P= Péssimo.
- IV. A não apresentação do plano de aula acarretará em eliminação do candidato.

## ANEXO VII

<b>PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS</b>			
<b>ITEM I: TITULAÇÃO MÁXIMA (pontuação não cumulativa)</b>			
<b><i>Discriminação</i></b>	<b><i>Valor Simples</i></b>	<b><i>Quantidade Máxima</i></b>	<b><i>Limite Superior</i></b>
Doutorado na área	15,00	1	15,00
Doutorado em área afim	10,00	1	10,00
Mestrado na área	7,50	1	7,50
Mestrado em área afim	5,00	1	5,00
Especialização na área	3,00	1	3,00
Especialização em área afim	2,00	1	2,00
Graduação	1,00	1	1,00
<b>Pontuação máxima do item I</b>			<b>15,00</b>
<b>ITEM II : FORMAÇÃO COMPLEMENTAR</b>			
<b><i>Discriminação</i></b>	<b><i>Valor Simples</i></b>	<b><i>Quantidade Máxima</i></b>	<b><i>Limite Superior</i></b>
Pós- Doutorado na área	5,00	1	5,00
Pós-Doutorado em área afim	2,50	1	2,50
Residência (diferentes áreas)	1,00	5	5,00
Aperfeiçoamento/Atualização na área	0,50	10	5,00
Aperfeiçoamento/Atualização em área afim	0,50	10	5,00
Estágio profissional na área (C.H ≥ 60h)	0,50	10	5,00
<b>Pontuação máxima do item II</b>			<b>5,00</b>

Excluindo o Pós-Doutorado todos os subitens serão contabilizados se realizados nos últimos cinco anos.

## PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

### ITEM III: EXPERIÊNCIA NO ENSINO

<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples da h/a</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
<b>1. MINISTRAÇÃO DE AULA EM CURSO</b>			
Doutorado	0,05	100	5,00
Mestrado	0,04	100	4,00
Especialização	0,03	100	3,00
Aperfeiçoamento/Atualização	0,02	100	2,00
Graduação	0,02	400	8,00
Ensino Fundamental/Médio	0,01	200	2,00
<b>Limite Máximo de pontuação do subitem III.1</b>			<b>10,00</b>
<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
<b>2. ORIENTAÇÃO / CO-ORIENTAÇÃO</b>			
Doutorado	2,40	2	4,80
Mestrado	1,60	3	4,80
Co-orientação Doutorado	2,00	2	4,00
Co-orientação Mestrado	1,40	3	4,20
Especialização	1,30	3	3,90
Graduação TCC/Monografia)	1,20	4	4,80

PET	1,20	4	4,80
Iniciação Científica	1,20	4	4,80
Monitoria	0,60	4	2,40
<b>Limite Máximo de pontuação do subitem III.2</b>			<b>6,00</b>

<b>3. BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO/QUALIFICAÇÃO</b>			
Doutorado	2,00	2	4,00
Mestrado	1,50	2	3,00
Qualificação Doutorado	1,20	4	4,80
Qualificação Mestrado	1,00	3	3,00
Especialização	1,00	3	3,00
Graduação	0,80	4	3,20
<b>Limite Máximo de pontuação do subitem III.3</b>			<b>4,00</b>
<b>Pontuação máxima do item III</b>			<b>20,00</b>

**PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS**

**ITEM IV: EXPERIÊNCIA NA PESQUISA (últimos 5 anos)**

<b>Discriminação</b>	<b>Valor Simples</b>	<b>Quantidade Máxima</b>	<b>Limite Superior</b>
<b>1. PESQUISA CONCLUÍDA</b>			
Coordenador / Pesquisador	2,00	2	4,00
Colaborador / Auxiliar	1,00	4	4,00
<b>Limite Máximo de pontuação do subitem IV.1</b>			<b>4,00</b>
<b>2. PUBLICAÇÃO</b>			



<b>Na área</b>			
Livro com ISBN - Autor / Coautor	4,00	3	12,00
Livro com ISBN - Organizador	2,00	2	4,00
Capítulo de livro com ISBN	2,00	4	8,00
Prefácio / Apresentação de Livro com ISBN	1,00	4	4,00

Livro sem ISBN - Autor / Coautor	2,00	3	6,00
Artigo em periódico indexado em base internacional	3,20	5	16,00
Artigo em periódico indexado em base nacional	2,00	8	16,00
Artigo em periódico não indexado	1,00	8	8,00
Artigo em revista eletrônica indexada	2,00	8	16,00
Outros trabalhos (jornal, magazine... )	0,50	4	2,00
Trabalho completo em anais de evento	1,50	8	12,00
Resumo expandido em anais de evento	0,70	8	5,60
Resumo simples em anais de evento	0,50	4	2,00

<b>Em área afim</b>			
Livro com ISBN	2,00	2	4,00
Livro com ISBN - Organizador	1,00	1	1,00
Capítulo de livro com ISBN	1,00	2	2,00
Prefácio / Apresentação de Livro com ISBN	0,50	2	1,00

Artigo em periódico indexado em base internacional	1,60	3	4,80
Artigo em periódico indexado em base nacional	1,00	4	4,00
Artigo em periódico não indexado	0,50	4	2,00
Artigo em revista eletrônica indexada	1,00	4	4,00
Outros trabalhos (jornal, magazine...)	0,30	2	0,60
Trabalho completo em anais de evento	0,70	4	2,80

### PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

#### **ITEM IV: EXPERIÊNCIA NA PESQUISA (continuação)**

Resumo expandido em anais de evento	0,40	4	1,60
Resumo simples em anais de evento	0,30	2	0,60
<b>Limite Máximo de pontuação do subitem IV.2</b>			<b>16,00</b>
<b>Pontuação máxima do item IV</b>			<b>20,00</b>

#### **ITEM V: EXPERIÊNCIA NA EXTENSÃO (últimos 5 anos)**

<b>Discriminação</b>	<b>Valor Simples</b>	<b>Quantidade Máxima</b>	<b>Limite Superior</b>
<b>1. PROJETO CONCLUÍDO</b>			
Coordenador / Pesquisador	2,00	5	10,00
Colaborador / Auxiliar	1,00	10	10,00
<b>Limite Máximo de pontuação do subitem V.1</b>			<b>10,00</b>

<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples da h/a</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
<b>2. MINISTRANTE DE CURSO / Mini-curso</b>			
Curso / Mini-Curso na Área	0,02	250	5,00
Curso / Mini-Curso em Área afim	0,01	500	5,00
<b>Limite Máximo de pontuação do subitem V.2</b>			<b>5,00</b>

<b>PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS</b>			
<b>ITEM V: EXPERIÊNCIA NA EXTENSÃO (<u>últimos 5 anos</u>) – Cont.</b>			
<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
<b>3. PARTICIPAÇÃO EM EVENTO</b>			
Organizador/Coordenador	1,00	5	5,00
Membro da comissão organizadora	0,50	4	2,00
Expositor	0,50	10	5,00
Conferencista	1,00	5	5,00
Coordenador de mesa redonda	0,50	4	2,00
<b>Limite Máximo de pontuação do subitem V.3</b>			<b>5,00</b>
<b>Pontuação máxima do item V</b>			<b>20,00</b>
<b>ITEM VI: ATIVIDADE ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA (<u>últimos 5 anos</u>)</b>			
<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
Direção de Centro, Faculdade ou Instituto	2,00	5	10,00
Direção de Departamento ou Coordenação de Curso	1,00	10	10,00

Coordenador de Núcleo de Área	1,00	10	10,00
Membro de Conselho e/ou Colegiado de Curso	0,50	20	10,00
Membro de Comissão Permanente	1,00	10	10,00
Tutoria de Grupos PET	1,00	10	10,00
Participação de Conselho Editorial de Revista Científica como Editor	1,00	10	10,00

**PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS**

***ITEM VI: ATIVIDADE ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA (últimos 5 anos)- Continuação.***

<b><i>Discriminação</i></b>	<b><i>Valor Simples</i></b>	<b><i>Quantidade Máxima</i></b>	<b><i>Limite Superior</i></b>
Participação de Conselho Editorial de Revista Científica como Membro	0,50	20	10,00
Participação em Banca de Seleção para docente efetivo	0,8	10	8,00
Participação em Banca de Seleção para docente temporário	0,6	10	6,00
Curador de coleções Científicas	1	10	10,00
Participação em Banca de Seleção para Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu	0,06	2	0,12
Direção de Instituição de Educação Básica	1	10	10,00
Membro de Comissão/Conselho Técnico e Científico	0,5	20	10,00
<b>Pontuação máxima do item VI</b>			<b>10,00</b>

**ITEM VII: PRODUÇÃO TÉCNICA E/OU TECNOLÓGICA**

<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
Patente registrada	2,00	5	10,00
Confeção de aerofotograma, mapa e maquete	0,50	20	10,00
Construção de protótipo, equipamento e instrumento	1,00	10	10,00
Produção de software/vídeo técnico-científico (certificado)	1,00	10	10,00

**PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS****ITEM VII: PRODUÇÃO TÉCNICA E/OU TECNOLÓGICA – Continuação.**

<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
Construção de site educacional	0,50	20	10,00
Elaboração material didático	0,50	20	10,00
Elaboração de banco de dado divulgado, catalogado e publicado	1,00	10	10,00
Consultoria técnica	0,50	20	10,00
Parecer técnico	0,50	20	10,00
Relatório técnico	0,50	20	10,00
Webmaster	0,50	20	10,00
Tv / Rádio Universitária	0,50	20	10,00
<b>Pontuação máxima do item VII</b>			<b>10,00</b>
<b>PONTUAÇÃO TOTAL DA TABELA (Itens I a VII)</b>			<b>100,00</b>

**PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS**

**ITEM VIII: ATIVIDADES ARTÍSTICAS PROFISSIONAIS  
(ÁREAS: ARTES CÊNICAS E MÚSICA)**

<b><i>Discriminação</i></b>	<b><i>Valor Simples</i></b>	<b><i>Quantidade Máxima</i></b>	<b><i>Limite Superior</i></b>
Participação em exposição e apresentação artística nacional (individual/camerista)	1,00	10	10,00
Participação em exposição e apresentação artística internacional (individual/camerista)	2,00	5	10,00
Participação em exposição e apresentação artística local (individual ou coletiva)	0,50	20	10,00
Participação em exposição e apresentação artística nacional (coletiva)	1,00	10	10,00
Participação em exposição e apresentação artística internacional (coletiva)	1,00	10	10,00
Participação artística premiada em evento local	1,00	10	10,00
Participação artística premiada em evento nacional ou internacional	2,00	5	10,00
Autoria de arranjo musical apresentado em concerto e/ou gravado em CD/DVD	2,00	5	10,00
Autoria de obra gravada em CD/DVD	1,00	10	10,00
Direção musical, regência ou apresentação como solista em concerto internacional	2,00	5	10,00

**PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS**

**ITEM VIII: ATIVIDADES ARTÍSTICAS PROFISSIONAIS (continuação)**

<b>Discriminação</b>	<b>Valor Simples</b>	<b>Quantidade Máxima</b>	<b>Limite Superior</b>
Direção musical, regência ou apresentação como solista em concerto regional / nacional	1,00	10	10,00
Participação como intérprete (solista) em gravação de CD/DVD	1,00	10	10,00
Participação como intérprete (músico de conjunto) em gravação de CD/DVD	0,50	20	10,00
Participação em evento artístico-cultural como conferencista e/ou artista convidado	2,00	5	10,00
Trabalho técnico e artístico especializado em cinema	1,00	10	10,00
Participação em obra e produção artística amadora ou profissional de reconhecido mérito como:	-	-	-
Encenador/diretor teatral	2,00	5	10,00
Ator	2,00	5	10,00
Produtor	2,00	5	10,00
Dramaturgo	2,00	5	10,00
Coreógrafo	2,00	5	10,00
Cenógrafo	2,00	5	10,00
Iluminador	2,00	5	10,00
Figurinista	2,00	5	10,00
Dançarino	1,00	10	10,00

Dramaturgista	1,00	10	10,00
Maquiador	1,00	10	10,00

**PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS**

**ITEM VIII: ATIVIDADES ARTÍSTICAS PROFISSIONAIS (continuação)**

<b><i>Discriminação</i></b>	<b><i>Valor Simples</i></b>	<b><i>Quantidade Máxima</i></b>	<b><i>Limite Superior</i></b>
Diretor de cena (técnico)	1,00	10	10,00
Participação como artista plástico em exposição individual	2,00	5	10,00
Participação como artista plástico em exposição coletiva	1,00	10	10,00
Curadoria de exposição artística ou evento literário	1,00	10	10,00
Design de exposição artística	1,00	10	10,00
Coordenador de Projeto Artístico, Cultural ou de Pesquisa financiado através de edital público	2,00	5	10,00
<b>Pontuação máxima do item VIII</b>			<b>10,00</b>
<b>PONTUAÇÃO TOTAL DA TABELA COM O ÍTEM VIII</b>			<b>110,00</b>



**EDITAL Nº 04/2024 – PROGRAD**

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA O CARGO EFETIVO DE  
PROFESSOR DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR**

**ANEXO VIII**

**TERMO DE RENÚNCIA E RECLASSIFICAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do RG: \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, aprovado em \_\_\_\_ lugar para a área: \_\_\_\_\_ (Código \_\_\_\_), no Concurso Público para o Cargo Efetivo de Professor da Carreira de Magistério Superior da Universidade Federal do Acre (UFAC), Objeto do Edital nº 04/2024, venho solicitar a minha reclassificação para a última posição da lista de candidatos classificados, nos termos do item 12.10 do Edital nº 04/2024-PROGRAD.

Declaro ter ciência que a renúncia à minha classificação originária tem caráter irretratável, da qual não poderei alegar desconhecimento. Declaro ainda ter ciência de que não haverá reserva de vaga ou qualquer garantia de futura nomeação, visto que a partir da minha reclassificação a Ufac poderá dispor do direito de convocar, a qualquer tempo, o próximo candidato na ordem de classificação, observada a vigência do Concurso Público.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(Cidade) (Estado)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do candidato